

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



## **Conectados e vigiados**

**Entre o autoritarismo e a liberdade na *Internet***

**João Miguel Pedroso Marques**

Dissertação orientada pela Professora Doutora Teresa R. Cadete

Mestrado em Cultura e Comunicação

2014

Universidade de Lisboa  
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



## **Conectados e vigiados**

**Entre o autoritarismo e a liberdade na *Internet***

**João Miguel Pedroso Marques**

Dissertação orientada pela Professora Doutora Teresa R. Cadete

Mestrado em Cultura e Comunicação

2014

## **Resumo**

Apesar do impacto económico da crise, continuam a faltar mudanças necessárias a um sistema social cada vez mais desigual. O sistema está baseado numa forte componente cultural, a mesma que ajudou a formar o capitalismo moderno, e justifica a manutenção do *statu quo*. No entanto, com a crise e a melhoria no acesso à informação, surgiram vários movimentos sociais com um impacto forte no espaço público. A partir da *Internet*, que se perfila como um meio importante para o rejuvenescimento do espaço público, aqueles movimentos têm tentado passar a sua mensagem de mudança. Contudo, a *Internet* também tem servido para a implementação de medidas autoritárias que visam apenas reforçar o poder dos Estados. O dilema do futuro será o da escolha entre a segurança e a estabilidade de um sistema desigual ou a luta pela liberdade de renovar esse sistema para fazer face aos desafios do futuro

## **Abstract**

*Despite the impact of the economic crisis, we still lack the necessary changes to a increasingly unequal social system. The system is based on a strong cultural component, the same one that helped to form modern capitalism, and justifies the statu quo. However, with the crisis and improving access to information, various social movements emerged with a strong impact on public sphere. From the Internet, which is outlined as an important means for the rejuvenation of the public sphere, those movements have tried to pass his message of change. However, the Internet also has served for the implementation of authoritarian measures that aim only to strengthen the Nation – state's power. The future's dilemma will be the choice between security and stability of an unequal system or the freedom of struggle to renew this system to meet the challenges of the future*

## **Palavras-chave**

Democracia, espaço público, movimentos sociais, *Internet*, sociedade em rede

## **Key words**

*Democracy, public sphere, social movements, Internet, network society*

## **Agradecimentos**

Desejo agradecer aos meus pais e irmão pelo apoio que me concederam a todos os níveis. Aos amigos que ficam e que provam que o lugar do indivíduo é em sociedade, partilhando experiências e memórias. Por último, deseja agradecer à minha orientadora, a Professora Doutora Teresa R. Cadete, pela orientação e conselhos importantes para a realização do meu trabalho final.

## Índice

Introdução	7
Parte I	14
Conectados e conscientes	14
Snowden	28
Parte II	34
Os limites do ilimitável	40
O autoritarismo: as novas tecnologias de comunicação ao serviço da força	50
Imprevisibilidade e controlo	57
Conclusão	64
Bibliografia	72
Referências electrónicas	74

*“A seguir, o rosto do Grande Irmão tornou a desvanecer-se,  
e em vez dele surgiram, em grossas maiúsculas,  
as três palavras de ordem do partido:*

*GUERRA É PAZ*

*LIBERDADE É ESCRAVIDÃO*

*IGNORÂNCIA É FORÇA*

*In 1984, de George Orwell (2007:21); Antígona, editores refractários, Lisboa*

## Introdução

*Crise* é provavelmente um dos vocábulos mais utilizados na política, economia e comunicação social nos últimos anos. Crise económica, crise política, crise de valores. A sociedade ocidental parece não desistir do dramatismo *hollywoodesco* que caracteriza cada acontecimento como um presságio do fim do mundo como o conhecemos.

Crises económicas nos países capitalistas não são incomuns, variando apenas a intensidade com que elas fazem sentir em relação à preparação dos Estados afectados. No entanto, a crise actual parece ser o palco necessário para a exposição de pontos de vista acerca da sociedade que permaneciam mais ou menos escondidos por entre a aparente abundância e riqueza do Ocidente. A repetição de colapsos económicos – 1929 e 2008 – exige uma análise profunda que vá para além da economia e dos seus fundamentos. As críticas comuns ao capitalismo – individualismo, ganância e falta de ética – surgem do sentimento de insatisfação para com o sistema social, com base nas constatações de que o mundo ocidental, principalmente as sociedades europeias e americana, é cada vez mais desigual, com a riqueza a fluir constantemente para o topo (o que representa o oposto do mito do *trickle down economics*, precioso para o neo-liberalismo, que supõe que medidas fiscais brandas sobre os mais ricos e melhores condições para os mesmos ajuda a criar emprego e, por essa ordem de ideias, a generalizar a riqueza).

A realidade mostra que, tanto na Europa como nos EUA, a disparidade salarial entre topo e fundo do mercado de trabalho aumentou para níveis inaceitáveis nos últimos trinta anos. Esse período fica marcado pela recuperação do neo-liberalismo e pela profunda “economização” da política, que se tornou, em definitivo, o palco de tecnocratas aplaudidos pelos seus conhecimentos técnicos, principalmente em épocas de crise, e que substituem aqueles com mais preparação política.

No entanto, a crise é o subproduto de uma sociedade regida, em grande parte, pela economia, onde o indivíduo está permanentemente identificado pela função que ocupa, pelo lugar que tem na hierarquia social e pela aparente riqueza que tem e que se mostra no crescente consumo de bens fúteis. As convulsões que experienciamos agora são mais um ponto, um que poderá ser de viragem, na história dos últimos três séculos da sociedade europeia. A formação de Estados-nação permitiu a criação de sociedades

centralizadas, onde o poder corresponde a uma autoridade central monopolizadora da força e na qual o indivíduo pode representar um elemento passível de homogeneização, cuja submissão é necessária para o correcto funcionamento do Estado. Aquilo a que Alain Touraine chama de modelo europeu de desenvolvimento é o resultado da mistura entre a ordem política central, o Estado, e o desenvolvimento económico fruto da industrialização e que colocou o foco na economia (Touraine; 2005:57), que criaram um sistema social que se sustenta a si mesmo, fruto da “crença ilimitada na capacidade destas sociedades para se autotransformarem” (Touraine; 2005:59).

Nos últimos trinta anos foi possível observar um fenómeno de crescente desregulação do mercado financeiro. Leis que proibiam fusões entre os bancos de investimento e bancos comerciais foram revogadas (principalmente nos EUA e na Grã-Bretanha onde este processo se iniciou sob a influência de Ronald Reagan e Margaret Thatcher respectivamente). Ao mesmo tempo foi permitida a criação de produtos financeiros cada vez mais complexos como os *Credit Default Swaps* (títulos de dívida que garantiam o reembolso do investimento em caso de incumprimento através da contratação de um seguro [*CDS's*]), à medida que as restrições à alavancagem (processo pelo qual uma instituição, pública ou privada, aumenta a sua capacidade económica recorrendo ao endividamento) eram levantadas e as entidades reguladoras iam perdendo, gradualmente, o seu poder devido à força dos lobbys do mercado financeiro. Esses lobbys tinham origem, principalmente, na área da banca que encarava a regulação do mercado como uma barreira à criação de lucro, numa perspectiva que se insere na doutrina liberal de que a intervenção estatal tem efeitos nefastos no mercado, pois compromete o princípio da livre concorrência, sendo que o mercado deve ser capaz de se regular a si mesmo. Aquelas medidas eram justificadas pela ideia de que o mercado se tornava mais seguro e isento de risco mas, de facto, o que aconteceu foi o aparecimento de instituições com um peso na economia tão elevado (bancos como o Lehman Brothers, o Barclays, o Citigroup ou o Société Générale e seguradoras como a AIG) que a sua queda teria de ser evitada a todo o custo sob pena de todo o sistema financeiro colapsar, dado que, ao contrário do parece ser aceite por muitos na sociedades europeias e americana, não são os bancos centrais que produzem dinheiro mas sim os bancos privados, a partir literalmente do nada, cada vez que fornecem um crédito. O excesso de crédito, ou de dinheiro criado artificialmente pelos bancos, é uma



das principais causas da crise pois todo o sistema económico mundial está hoje baseado em dívida.

Sem regulação estatal, o mercado financeiro auto - regulou-se. O objectivo de uma empresa é sempre o lucro e nesse sentido o sucesso das instituições financeiras desde o início do processo de desregulação é impressionante, com um aumento drástico nos lucros. Contudo, esse sucesso foi alcançado à custa da transformação de um mercado de risco controlado (os bancos de investimentos eram, geralmente, pequenas empresas com um grupo de investidores limitado que usavam o seu próprio dinheiro e por isso tendiam a ser bastantes cautelosos com os riscos que assumiam) num mercado onde o risco é passado de mãos em mãos até que o sistema colapse.

Até ao momento a opção, dentro da União Europeia (UE), para resolver a crise tem recaído nas políticas de austeridade. A lógica por detrás desta escolha traduz-se na argumentação segundo a qual os Estados viveram acima das suas possibilidades e agora têm de contrair os seus gastos, o que demonstra não só desconhecimento da mecânica do sistema económico baseado em dívida e para o qual o consumo é essencial, como uma instrumentalização ética crise. O facto da dívida privada também ser elevada pode levar à conclusão de que os próprios indivíduos e empresas privadas gastaram acima de níveis que pudessem suportar<sup>1</sup>. O consumo foi o motor do crescimento de países como a Alemanha, que chegou até a ser apelidado de milagroso. A mesma Alemanha que agora encabeça o discurso da contenção e aponta o dedo aos países do Sul pelo seu comportamento nos últimos anos.

A austeridade parece também funcionar como política punitiva do “mau comportamento” orçamental dos Estados. A ideia de viver acima das possibilidades é, assim, criticada pelos países do Norte da Europa cuja política fiscal e orçamental tem sido muito mais equilibrada. O discurso oficial dentro da UE é o de que os países do Sul têm dificuldades em superar uma certa preguiça (que remete para a falta de produtividade) e corrupção natural que impede o seu desenvolvimento e coloca em perigo toda a Europa. É uma situação em que a tomada de decisões é influenciada pelos preconceitos, algo que deveria ser sempre mantido fora da esfera da política.

---

<sup>1</sup> Os valores da dívida privada consolidada portuguesa (aquela cujo prazo de pagamento é superior a um ano) em relação à percentagem do PIB foram de 202.8 milhões de euros em 2007 e 216.2 m. de euros em 2008. Em Espanha estes valores atingiram os 200.4 m. de euros em 2007 e 206.5 em 2008, enquanto na Grécia registaram-se valores de 107.2 m. de euros em 2007 e 119.0 m. de euros em 2008. Fonte: Eurostat (2012)

Os preconceitos que abundam no discurso político e económico (por exemplo o discurso que acusa os europeus do sul, principalmente portugueses e gregos, de preguiçosos e maus trabalhadores), além de deterministas, partem de princípios que dão forma ao actual sistema social de organização capitalista. A arquitectura hierárquica, com desigual distribuição de poder e riqueza, só faz sentido porque existe todo um corpo de pressupostos culturais em torno do Trabalho, que estão na origem do capitalismo moderno, que justifica a actual sociedade como a mais correcta e benéfica, imputando o insucesso ao comportamento individual. É contra aqueles pressupostos culturais que dão forma a uma sociedade regida pela economia, na qual agentes políticos e económicos misturam-se para se beneficiar mutuamente, que muitos movimentos sociais que surgiram na última década na Europa e EUA se insurgem.

“Os interesses daqueles que compram influência são recompensados à custa das Pessoas, de quem o deriva o poder do governo. Nós acreditamos que esta falha no nosso sistema está no centro de muitos problemas interconectados que, como sociedade, enfrentamos actualmente, e a sua resolução é a chave para um futuro justo. É por isso que exigimos a criação de uma verdadeira Democracia, desligada da influência corrosiva do poder económico e apelidamos a todos os que partilham deste objectivo comum a tomarem uma posição connosco e actuar com vista a este fim” (Johnson; 2011)

A transcrição exposta é parte da declaração do movimento “Ocuppy Albany” e ilustra o ponto à volta do qual giram os protestos que têm tomado lugar na Europa e EUA. O que move os protestantes é a ideia de que os governos se tornaram representantes dos mercados financeiros e do poder económico, ao invés de representarem os eleitores. E esse sentimento é comum a todos os movimentos de protesto, quer estes se limitem a denunciar as políticas da austeridade, quer se reúnam em torno da ideia de que são necessárias mudanças estruturais profundas nos sistemas democráticos e capitalistas, com o propósito de os tornar mais justos e igualitários.

Porque é que se salvam empresas que abalaram a economia em vez de se procurar responsabilizá-las por isso? E, principalmente na Europa, porque se escolhe a austeridade que afecta mais os indivíduos do que essas mesmas empresas que parecem passar incólumes pela crise? São perguntas legítimas, principalmente se atendermos ao facto de que as causas da crise não foram combatidas. Antes, elas foram até empoladas.

O problema das dívidas tem sido resolvido com o recurso a mais dívida<sup>2</sup> e as instituições que eram consideradas demasiado grande para cair, ou falir, cresceram na sua dimensão através da fusões e aquisições<sup>3</sup>. Enquanto isso, as taxas de desemprego têm subido na Europa (principalmente em Espanha, Portugal e Grécia) e com isso aumenta o descontentamento, na opinião pública, perante os governos.

Ao nível europeu, apesar do exercício democrático que se exerce nas ruas através dos protestos, as decisões continuam a ser tomadas apenas tendo em conta a reacção das instituições financeiras, no que aparenta ser uma ditadura informal que compromete o poder político, no sentido em que este devia representar a vontade dos eleitores. “A política tem por objectivo configurar um horizonte comum de sentido no qual se articulem as expectativas individuais com o progresso colectivo” (Innerarity; 2011:151). Mas são essas expectativas individuais que aparentam ser defraudadas para garantir o funcionamento do mercado financeiro. Mesmo que esse mercado seja publicitado como o grande motor do progresso nos últimos trinta anos, é o seu custo, para os indivíduos (nomeadamente na classe média e classe baixa), que os movimentos de protesto apontam (principalmente o aumento das desigualdades que se traduzem numa crescente discrepância entre salários mais altos e salários mais baixos assim como o aumento dos índices de pobreza)<sup>4</sup>.

O problema principal da influência dos mercados sobre os governos (o que pode significar que a economia se tem vindo a superiorizar à política, ou seja, que esta última tem perdido poder de controlo sobre a primeira) está no facto desses mesmos mercados não poderem ser escrutinados, ao contrário dos governos. Um governo pode demitir-se, caso as condições de governação não permitam a sua actuação, ou pode não ser reconduzido, se perder as eleições. Mas isso não é possível com as instituições

---

<sup>2</sup> Os bancos centrais emprestam dinheiro, e não o cedem, aos Estados nem a instituições privadas, pelo que a dívida tende sempre a crescer, além de que o método de funcionamento dos resgates consiste em empréstimos.

<sup>3</sup> Por exemplo, o Meryll Lynch acabou por ser adquirido pelo Bank of America e em Espanha o Bankia foi criado para resgatar sete bancos espanhóis em dificuldades (Caja Madrid, Bancaja, La Caja de Canarias, Caja de Ávila, Caixa Laietana, Caja Segovia e Caja Rioja). Já este ano, o governo espanhol foi forçado a solicitar um resgate para o Bankia.

<sup>4</sup> São paradigmáticos os casos do pagamento de elevados bónus, por exemplo no Barclays, quando a crise já ajudava a expor o comportamento errático dos bancos.

financeiras e grandes empresas, assim como não é possível evitar que alguns indivíduos alternem cargos entre instituições privadas e públicas. E para aqueles que se envolvem nos movimentos de protesto, uma das ideias principais é a de que a sua voz não conta para a decisão política, que é influenciada pela acção dos grupos económicos, que parecem demonstrar aversão à participação pública na política.

A *Internet* é o meio impulsionador dos movimentos sociais que surgiram, principalmente, após o início da crise na Europa e EUA. É um meio democrático e mutável, no qual os indivíduos encontram a oportunidade de participar no espaço público, independentemente da sua condição social. Ao contrário de outros meios de comunicação, a *Internet* não se limita a ser parte do espaço público, sendo mais uma arena do mesmo porque permite ao indivíduo actuar, ao invés de ser um espectador passivo da acção. A *Internet* elimina as barreiras do tempo e da falta de conhecimento, permitindo ao indivíduo conectar-se e formar comunidades poderosas, através das quais pode participar na modelação do futuro. No entanto, é também um espaço inseguro, um meio que pode ser usado para reprimir autoritariamente os indivíduos.

O impacto da *Internet* no aparecimento dos movimentos sociais e na sua propagação poderá se tornar o foco principal da análise das tendências do espaço público para o futuro. Se é verdade que a *Internet* pode ser um meio que alarga o espaço público à generalidade dos indivíduos, também acarretará os seus perigos. Além disso, apesar ser um espaço sem limites, ele próprio coloca entraves à acção dos movimentos. O protesto *online* não chega, por si só, para provocar as mudanças necessárias no sistema vigente. Qual o impacto da *Internet*, e as consequências da manipulação que dela se faz, para a segurança e liberdade individual é o ponto principal que será debatido nas próximas páginas. Face às oportunidades que a *Internet* fornece, tanto para a formação de um espaço público livre como para a implementação de medidas autoritárias, estaremos numa era de liberdade de informação, ou caminhamos para um futuro de repressão e autoritarismo?

O trabalho aqui apresentado focar-se-á na Europa e EUA, principalmente nos acontecimentos da última década, entre a Crise e a descoberta dos projectos de vigilância em massa, expostos por Edward Snowden. Na primeira parte a *Internet* será analisada como um foco essencial para alterações, actuais e futuras, no espaço público, com mais relevância para a organização de redes de poder e a oposição à organização social de base capitalista. Posteriormente o foco recairá no caso Snowden, ainda que o

impacto das suas revelações, das actividades de aparente cariz autoritário de alguns Estados e dos limites da *Internet* à participação no espaço público fiquem reservados para a segunda parte.

Neste trabalho o indivíduo será encarado como um elemento singular e capaz de produzir uma perspectiva sobre a sua realidade, ligado em rede a outros iguais, que dão forma e se movem no espaço público em paralelo com outros grupos tanto políticos como económicos. O impacto da tecnologia nas relações entre actores no espaço público ligados em rede – constituindo uma sociedade conectada será o ponto essencial de pesquisa. Como afirma Manuel Castells:

“a estrutura social de uma sociedade em rede resulta da interacção entre o paradigma da nova tecnologia e a organização social num plano geral. Frequentemente, a sociedade emergente tem sido caracterizada como sociedade de informação ou sociedade do conhecimento. Eu não concordo com esta terminologia. Não porque conhecimento e informação não sejam centrais na nossa sociedade. Mas porque eles sempre o foram, em todas as sociedades historicamente conhecidas. O que é novo é o facto de serem de base microelectrónica, através de redes tecnológicas que fornecem novas capacidades a uma velha forma de organização social: as redes” (Castells; 2005:17).

O conceito de sociedade em rede como forma de organização é essencial e pode ser definido recorrendo novamente a Castells:

“[A] sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes [...] É um sistema de nós interligados E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria” (Castells; 2005:20).

Dentro da rede, o indivíduo é um nó, um nódulo, um ponto de informação e interacção cuja característica inata de actor social em permanente processo de mudança é a base da estrutura social.

## Parte I

### Conectados e conscientes

As luzes piscam numa ritmo ora mais acelerado ora mais lento, aparentemente sem um padrão discernível. O *modem* e o *router*, os cabos, as ondas invisíveis que conectam placas, objectos electrónicos, portas, tudo este aparato mecânico cria uma ponte entre indivíduos, uma componente física necessária para um espaço cuja forma, etérea ou não, varia consoante quem e como usufrui dele.

O indivíduo pode conectar-se ao mundo em seu redor através da construção de uma rede de contactos cujos pontos de intersecção aumentam com cada interacção com o Outro. No âmbito da rede, os indivíduos nódulos de informação e de vivência, de experiência, representando uma perspectiva da realidade que ganha sentido no espaço público. Todo o contacto entre indivíduos representa uma conexão que se forma ou se renova, aprofundando a rede através da qual a informação e o conhecimento circulam no espaço público.

A rede é tanto maior quanto mais contactos existem. De cada nódulo partem várias linhas de contacto que se interligam e formam uma comunidade, uma constelação que tenderá a aumentar em proporção à diminuição das barreiras e entraves à comunicação. A primeira das barreiras é a incompatibilidade de códigos culturais que distorce a conversação, impedindo a transmissão e a recepção da mensagem. A segunda barreira é a da relação física com o meio, dado que a comunicação é simplificada pela ocupação física do mesmo espaço pelos intervenientes. As duas barreiras, em conjunto, impedem a criação de redes alargadas, de comunidades de grande dimensão que ocupam largas extensões de território. Enquanto a semelhança ou equivalência de códigos culturais é essencial para a comunicação e qualquer divergência pode ser ultrapassada com aprendizagem, as limitações impostas pelas barreiras físicas podem forçar o contacto repetitivo e limitado entre indivíduos que não alargam a sua comunidade. O número de nódulos e ligações pode não crescer, porque não são introduzidos novos indivíduos na rede, e a informação que circula no espaço público pode ficar limitada porque existem menos oportunidades de a renovar com novos elementos.

Os meios de comunicação, com ênfase no avanço mais recente que é a *Internet*, podem quebrar as barreiras da comunicação e alargar o tamanho da rede, porque têm um maior raio de acção. Permitem o contacto entre indivíduos que partilham dos mesmos elementos identitários, ou a disseminação dos códigos culturais até que se alcancem condições minimamente satisfatórias para a comunicação, sem que seja necessário ocupar o mesmo espaço físico. A disseminação da informação tende a intensificar-se, porque existem mais canais de transmissão, e o debate é alargado aos que estavam excluídos do mesmo. A informação em circulação tende a aumentar, estando sujeita a mais interpretações, notando-se também o intensificar do aparecimento de nódulos e crescimentos das redes comunitárias porque a rede de contactos dos indivíduos também pode crescer.

Os meios de comunicação fazem parte do espaço público, pela sua função veiculadora de informação e promotora do debate. A *Internet*, no entanto, é mais do que um elemento da esfera pública. Ao contrário do que acontece com outros meios de comunicação, o indivíduo participa activamente na *Internet*, ultrapassando muitas vezes o papel de espectador e tornando-se parte da acção, ao mesmo tempo que está sujeito ao escrutínio e à observação, características fulcrais do espaço público (Arendt; 2001:64). As condições de acesso à *Internet* não são diferentes de qualquer outro tipo ou espaço de acesso à esfera pública, dependendo sempre da interacção física com um indivíduo ou com um mediador, neste caso uma máquina. Mais do que a tecnologia que permite a sua existência, a *Internet* é a reunião dos utilizadores (das suas várias identidades) e da informação nela contida, fluxos que existem sobre uma estrutura programada mimetizando a sua contra-parte física, pelo que nesse sentido se torna um mundo a explorar (Johnson; 2001:32). A máquina existe como uma extensão do corpo humano, uma prótese (idem), mas torna-se também um ponto de acesso a um espaço cuja capacidade para influenciar a realidade permanece ainda, em grande medida, por explorar.

O que o novo mundo da *Internet* tem de admirável é a possibilidade que oferece aos indivíduos de ignorarem as formas organizacionais tradicionais, ou seja, até ao momento actual capitalismo, socialismo ou qualquer outro “ismo” pouco ou nada afectam o processo de organização das relações *online*. Obviamente, a utilização – os padrões de organização, a forma de usufruto – é influenciada pelo contexto organizacional no qual o indivíduo se insere mas a *Internet*, por ser ainda uma

novidade, mesmo que em parte, e por ser volátil - porque está menos dependente da organização física e estrutural que dá corpo à memória colectiva - encontra-se ainda relativamente imune às influências da organização, num contexto mais próximo do europeu e norte-americano, capitalista. A influência capitalista é mais notória num *site* específico do que no conjunto total que compõe a *Internet*, da mesma forma que se encontra mais variedade genética entre indivíduos do que na espécie humana como um todo.

A *Internet* é um meio através do qual o indivíduo pode participar activamente junto da comunidade, tanto local como globalmente, principalmente na última década, em que assistimos ao aparecimento de redes sociais de grande implementação junto do público. Apesar de a *Internet* como meio para o público já ter algumas décadas, a grande potencialização das suas vantagens (aquelas experienciadas até agora) tem ocorrido nos últimos anos, mas de forma muito rápida e incisiva. A melhoria dos meios técnicos e a crescente especialização das empresas no mercado *online* tem ajudado à sedimentação da *Internet* como o grande meio de comunicação, ao mesmo tempo que no mundo político também se começam a descobrir as vantagens desse meio para a propaganda. Se Kennedy impressionou com a sua imagem na televisão, também Obama marca uma geração de governantes que dão primazia, ou mais importância, à *Internet* como meio de comunicação pela sua abrangência e rapidez na transmissão da informação.

As relações sociais podem sofrer mudanças importantes no âmbito da *Internet*. A componente física das relações tende a perder relevância, dado que o indivíduo só precisa de contactar com o seu ponto de acesso, com a máquina que faz a ponte entre ele e a sua nova Ágora. A hierarquia das relações (na maioria dos países europeus e EUA), estabelecida geralmente através da inserção na estrutura de organização social capitalista e que faz da sociedade “a forma na qual a dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as actividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas na praça pública” (Arendt, 2001:61), é parcialmente anulada porque as relações na *Internet* dependem menos da função do indivíduo. Cada utilizador pode escolher as páginas a que acede e essas escolhas são influenciadas pelos seus gostos e relações fora da *Internet* reflectindo, em geral, os seus padrões de consumo, contudo, estando *online*, o indivíduo pode estabelecer contactos que ultrapassam as suas relações sociais habituais, visitando os mesmo espaços que



outros indivíduos, independentemente da sua origem. Na *Internet* o indivíduo tende a encontrar menos limitações às suas escolhas e uma estrutura normativa mais fraca, pelo que pode recriar toda uma nova rede de relações independente da organização social a que está, em grande medida, sujeito no mundo físico. Ainda que a *Internet* seja, em grande medida, o reflexo da estrutura do mundo físico, sendo construída a partir dessa, as diferenças, principalmente ao nível do tempo e do espaço, podem alterar parte da mecânica das relações sociais.

O tempo e o espaço são factores sujeitos a regras diferentes no mundo *online*., tornando-se mutáveis e vagos, sem fronteiras ou limites para além da arquitectura física que permite o acesso à *Internet*. Quando acede à *Internet*, o indivíduo está mais próximo da dimensão quântica do que da realidade física em que habita. O tempo e o espaço existem através de interconexões que se misturam para formar uma realidade que está isolada, porque a própria natureza da utilização concedeu à *Internet* vida própria, e ao mesmo tempo conectada com o mundo exterior, dado que o que se passa para lá da *Internet* serve de base para o que nela é transmitido, ou seja, todo aquele mundo novo é, acima de tudo, uma lente magnificadora às vezes, outra perturbadora, da realidade. As interconexões são os fluxos de informação que não funcionam de forma linear, antes existindo como uma teia, uma rede nodular na qual passado, presente e futuro se mesclam para formar um ambiente totalmente renovável e mutável. A ausência de linearidade, porque as conexões de informação desencadeiam fenómenos que carecem de pontos óbvios de causa e efeito, faz da *Internet* um ambiente de caos, que obriga o indivíduo a lidar de forma diferente com as suas relações sociais.

O espaço público na *Internet* é muito menos estruturado do que o da sua contraparte física. As regras que se aplicam no mundo exterior têm menos validade na *Internet*, ou pelo menos podem não mesmo efeito. A *Internet* é, agora, o único reduto de espaço público no qual as relações não se definem tanto pelo trabalho. O indivíduo estabelece ligações baseadas nas suas redes de contacto mas tem também a possibilidade de as ultrapassar, conectando-se com desconhecidos e indivíduos de outros meios completamente diferentes, que não entrariam, de outra forma, no domínio das suas relações sociais. O sentimento de pertença e identificação individual é exponenciado pela possibilidade que o indivíduo tem de contactar com aqueles que noutra situação permaneceriam desconhecidos, ao mesmo tempo que pode escolher manter o anonimato que não é capaz de preservar no mundo exterior.

A partir da *Internet*, o indivíduo obtém dois elementos essenciais à participação no espaço público e na democracia: informação e tempo. Através da *Internet* é possível encontrar todo o tipo de dados que permitem ao indivíduo entrar em contacto com o mundo à sua volta, assim como perceber o necessário sobre os processos governativos e decisórios. Através da *Internet*, um indivíduo pode munir-se da mesma informação que agentes políticos e económicos possuem para tomar as suas decisões. Tal facto permite ao indivíduo perspectivar as consequências das medidas tomadas pelos governantes, dotando-o de uma maior capacidade de perceber a relação entre a acção do passado, do presente e do futuro. O indivíduo tem à sua disposição outras vias de informação para além do discurso político para perceber como será afectado pelas escolhas de quem governa, o que lhe pode conferir mais poder para intervir, assumindo conscientemente o seu papel de actor social, na definição do futuro da comunidade.

O reverso desta situação é o excesso de informação. No domínio da *Internet* a falta de controlo sobre os fluxos de informação também pode ser prejudicial. No âmbito da *Internet* o indivíduo está menos sujeito a direcções editoriais, escolhendo os canais de acesso e a que informação acede, contudo essa situação pode gerar um menor controlo da quantidade e qualidade dessa mesma informação. O indivíduo é confrontado com a superabundância de fluxos e conexões, ao mesmo tempo que está exposto a informação de fontes duvidosas e tem de aprender a escolher e a interpretar mais rápido e com mais critério o que vê. A *Internet* é um domínio de confronto de ideias, característica essencial do espaço público, mas também de trivialidade e imprecisão ao qual o indivíduo tem de se adaptar. O desafio que se coloca perante o indivíduo já não é o do acesso à informação, mas sim o da selecção correcta das fontes. A liberdade da planificação de acesso e manipulação da informação é benéfica, sem dúvida, mas é exigido ao indivíduo que lute diariamente por ela, dado que tem de se debater com o excesso e pouca fiabilidade resultantes da menor exigência normativa da acção dos canais de acesso.

Além da informação, o indivíduo ganha tempo. A *Internet* dispensa grande parte do ritualismo físico de participação no espaço público. Qualquer local, desde que com viabilidade de meios, permite aceder à *Internet*, o que liberta o indivíduo da presença física nos fóruns de discussão. Ao invés de ter de esperar pelo fim do seu horário de trabalho para participar politicamente no espaço público, o indivíduo pode fazê-lo enquanto desempenha as suas funções, ainda que com algumas (maiores ou menores)

limitações. O trabalho deixa de ser um factor impeditivo, pelo consumo de tempo e disponibilidade física que impõe ao indivíduo, de participação activa no debate público. É possível que, a seu tempo, a natureza das relações sociais no âmbito da estrutura capitalista venham a ser alteradas, emulando a estrutura anárquica (com mais igualdade e redistribuição do poder) da *Internet*. No entanto, o poder influenciador da *Internet* ainda está longe de provocar tais alterações, até porque continua a ser, em grande medida, uma extensão do mundo físico e não seu paralelo.

Além da constante participação no espaço público, a *Internet* permite também a compressão do tempo e do espaço no sentido em que a partir de um único ponto o indivíduo pode entrar em contacto com grupos de origens e locais diferentes. Os tempos de acção desses grupos fundem-se e as barreiras físicas desaparecem, sendo que as limitações horárias deixam de existir. O indivíduo acede à informação em tempo real, ou tão perto dessa medida quanto possível e sem dúvida mais perto do que nunca, não estando dependente da velocidade de transmissão dos meios tradicionais, e fá-lo através de vários canais, o que lhe permite cruzar informação e colmatar lacunas. A medição do lapso entre acontecimento e dispersão da informação é infinitesimal. O indivíduo tem a escolha de participar da acção ao mesmo tempo que está a ser testemunha de outra, sendo assim o participante e o espectador. Durante as revoluções da primavera árabe era comum ver indivíduos na rua não só a protestar como a assistir, ainda antes de ter acesso aos canais informativos tradicionais, a protestos noutras cidades ou mesmo países, transmitidos em directo através de telemóveis ou outro equipamento que acediam às redes sociais. O tempo da acção e o tempo da contemplação mesclam-se ao ponto de se equipararem, como nunca havia acontecido antes.

Informação e tempo fazem da *Internet* o meio mais eficaz de transmissão da informação que a humanidade já utilizou, e por isso mesmo, o mais difícil de controlar, estando rapidamente a tornar-se o alvo prioritário de agentes políticos e económicos, principalmente em situações de crise. Se alguns países, como a China, mantêm uma censura permanente sobre a *Internet*, numa tentativa de controlar o fluxo de informação e dissidência, outros fazem-no de forma esporádica e conjuntural. Foi o caso da Primavera Árabe em que Estados como o Egipto ou Líbia tentaram bloquear o acesso às redes sociais e à rede móvel, para evitar a propagação nacional e internacional da informação sobre os protestos. O fluxo é incontrolável e permite a organização de

manifestantes, assim como a divulgação dos acontecimentos, quase imediata, o que dificulta a acção de prevenção, e em muitos casos repressão, das forças estatais.

As características da *Internet* tendem a ser emuladas pelos movimentos sociais que nela se formam. A volatilidade, destruturação e ausência de liderança fixa caracterizam muitos dos movimentos sociais que surgiram no decorrer destes últimos cinco anos (principalmente nos EUA e UE), transpondo para o mundo físico os aspectos que fazem da *Internet* um meio imprevisível e de difícil controlo e restrição. Da mesma forma que a *Internet* é mutável porque depende mais da acção individual – um indivíduo é capaz de quebrar ou levantar barreiras e de modificar o conteúdo para melhor servir as suas necessidades, tendo sempre meios de fuga ao controlo – também estes novos movimentos vão mudando conforme são confrontados com a transposição do mundo *online* para o mundo físico, que os obriga a uma determinada cristalização dos seus objectivos. No entanto, não perdem a dinâmica que os caracteriza.

O elemento mais marcante dos movimentos sociais que surgiram na Europa e EUA é a sua dinâmica e a das causas em torno das quais se formam. Estes movimentos são extremamente mutáveis e difíceis de fixar no tempo e no espaço. A vaga de movimentos a que assistimos, principalmente desde o início da crise, não se foca num assunto ou tema mas em vários. O que defendem é menos identificável no sentido em que pode ser interpretado e aproveitado de várias formas, têm uma agenda volátil, porque os seus objectivos também o são. É mais complicado definir o que trata o pedido por mais democracia ou igualdade do que, por exemplo, protecção do ambiente. Da mesma forma que as suas exigências são dinâmicas, porque estão sujeitas a forças – acima de tudo políticas e económicas - que influenciam o seu sentido (e não tanto o seu propósito) também estes movimentos o são. Surgidos da *Internet*, parecem querer que o resto do mundo se conforme à estrutura desse mesmo espaço, emulando-a, algo que parece ainda impossível dada a natureza completamente diversa dos mundos físico e *online*.

Exigir mais democracia ou mais igualdade e liberdade é vago e passível de induzir em erro quem está a observar esses movimentos a partir de fora, além de os deixar vulneráveis a ataques dos seus opositores. Por outro lado, aparentam ser menos susceptíveis a instrumentalizações de grupos partidários, provavelmente porque os partidos são encarados como parte do problema, parte de um *statu quo* inadequado para a pretensão desses movimentos – o que não é válido para todos os casos –. A própria

estrutura partidária rígida, muitas vezes constituindo um aparelho dentro do qual contam mais as influências e acordos do que o mérito, não se coaduna com as pretensões da maioria dos movimentos

O que significa mais democracia, igualdade e liberdade? A dificuldade em definir tais ideias vem da opacidade provocada pela utilização exaustiva desses conceitos, quase ao ponto de se tornarem um chavão. Quando utilizados como conceitos de luta, podem tornar-se palavras desprovidas de sentido porque estão saturadas dele, isto é, são tão vagos que qualquer perspectiva cabe neles. O seu uso como pilar de protesto é pertinente mas apenas quando ilustram uma perspectiva definida, em conjunto com casos identificáveis.

É fácil definir conceitos como democracia, igualdade ou liberdade, o problema está em precisar o que significa “mais” de todas essas ideias. No caso dos países europeus e dos EUA existe democracia, igualdade e liberdade, ou pelo menos assim nos é dito. Se compararmos regimes democráticos actuais, como a maioria dos europeus e o americano, com diversos regimes políticos ditatoriais do séc. XX, é difícil afirmar que uns e outros são iguais. Existe mais democracia, igualdade e liberdade hoje do que existiu em grande parte da Europa quase até ao fim do século anterior. Também podemos comparar regimes ditatoriais e autoritários e regimes democráticos actuais e acabaremos, invariavelmente, por afirmar que vivemos em Estados nos quais a liberdade e a igualdade existem, até porque são direitos suportados constitucionalmente.

Na Europa e nos EUA a formalidade da democracia é, em princípio, respeitada. O direito de voto é universal e o seu resultado é encarado quase como sagrado, porque o voto é tido como a expressão máxima do processo democrático. São cada vez mais raros os casos de governos democraticamente eleitos, em regimes com uma democracia consolidada, que caem por pressão de movimentos sociais ou protestos públicos, porque esse género de recursos democráticos são considerados importantes mas não tanto – nem tão decisivos ou definidores – quanto o voto. Os mecanismos pelos quais o indivíduo se pode fazer ouvir são vários e pouco restringidos. São regimes constitucionais, nos quais a lei é respeitada e igual para todos, Estados nos quais um indivíduo é livre para escolher o que consumir, como usar o seu tempo, livre para exercer os seus direitos. É inegável que se trata de regimes livres e seguros, e contudo surgem movimentos que colocam em causa a existência prática da democracia, igualdade e liberdade. Informação – a sua disponibilidade – é a chave para perceber o

que leva à formação, na última década nos EUA e UE, de movimentos sociais e as causas que defendem. O monopólio da informação desapareceu. Os indivíduos já não dependem do Estado para obter informação e formação extra, nem dos *media* convencionais, que são encarados como fontes inseguras devido aos interesses privados de quem os detém. A *Internet* tornou-se o veículo de informação, não só pela quantidade como também pela velocidade com que aquela é transmitida. Ainda que a *Internet*, em muitos casos, se destaque mais pela quantidade do que pela qualidade da informação - mais quantidade também pode significar mais “lixo electrónico” – não restam dúvida que é o meio de transmissão mais eficaz, porque existem, de facto, fontes bastantes seguras que fornecem informação de qualidade e, virtualmente, sem limitações, sendo capaz de satisfazer as necessidades dos seus interlocutores.

O discurso da complexidade da governação, que fechava as portas ao indivíduo comum, só era credível quando agentes políticos e económicos detinham controlo sobre a informação, ou seja, quando os conhecimentos necessários para a governação eram relativamente exclusivos. A informação fulcral para governar circulava por grupos praticamente fechados, permitindo-lhes garantir a sua posição social. O monopólio da informação garantia poder e cristalizava a hierarquia social, dado que quem o controlava tinha a faculdade de escolher a quem, como e o que transmitir de entre tudo o que sabia. Ao público chegava apenas a informação que bastava para os governantes obterem o consentimento necessário para a manutenção da sua posição, ao género do relatório de contas públicas anual. Desde que as contas batessem certo, independentemente dos estratagemas utilizados para tal – como aconteceu na Grécia aquando da sua adesão ao Euro -, e o nível de vida se mantivesse estável e permitisse determinados comportamentos, seria possível manter o *statu quo*. Indivíduos menos esclarecidos tendem a não questionar, ou a não colocar tanta pressão, nos seus representantes eleitos que, sem grande escrutínio, actuam sem restrições, transformando a representação num mandato aberto.

Esse estado de coisas parece ameaçado. Surgiu um novo meio de comunicação, mais difícil de controlar porque é dinâmico e mutável, ao contrário dos meios tradicionais. A imprensa escrita, a rádio e a televisão, são capazes de se adaptar mais fazem-no lentamente, além disso, a velocidade a que a informação é transmitida por esses meios, principalmente na imprensa escrita, é insatisfatória para as necessidades actuais, necessidades criadas, em parte, e respondidas pela existência de um meio mais

eficaz. Velocidade e independência são elementos fundamentais para a escolha do veículo de informação, determinando o sucesso de um meio em detrimento de outro.

É muito mais complicado para um governo de um regime democrático controlar o fluxo de informação. O que chega ao público – e muitas vezes como chega – está hoje menos dependente da acção de agentes políticos e económicos e da sua influência sobre os meios de comunicação. São muitos os indivíduos que assumem a tarefa de procurar e difundir informação por meios próprios – a *Internet* é perfeita para esse propósito porque além de permitir resultados imediatos é também barata – ao mesmo tempo que colocam em causa o que é veiculado pelos meios tradicionais de comunicação. O escrutínio é maior, a margem de manobra de governantes é menor e a influência de grupos privados sobre as instituições públicas torna-se, em alguns casos, mais evidente, graças à informação que circula no espaço público.

Se o público dispõe da mesma informação que os governantes, o papel daqueles torna-se mais complexo. Já não podem depender da manipulação da informação para manter a sua posição e já não são os únicos a ter conhecimento dos assuntos cuja resolução depende da sua acção. Governos e empresas deparam-se hoje com um público mais informado e, muitas vezes, mais crítico e interessado. A posse de informação e conhecimento podem conferir ao indivíduo a capacidade de participar activamente e de forma crítica no espaço público. O indivíduo tende a tornar-se mais habilitado e perceber as escolhas que tem pela frente, de calcular os riscos e consequências das mesmas e de se preparar para as eventualidades. Muitas vezes acedem e possuem as mesmas capacidades que agentes políticos e económicos dispõem para realizar as suas tarefas. No entanto, a mais conhecimento não corresponde um incremento na capacidade decisória, à acumulação de informação não se deu um processo subsequente de aumento de poder, porque os mecanismos do mesmo estão fechados ao público. É desse pormenor que nasce a insatisfação em muitas das sociedades europeias e americana.

O indivíduo informado tenderá a procurar não só mais poder como também mais responsabilidade, sendo que uma e outra são, muitas vezes, indissociáveis. Os indivíduos são capazes de decidir o que é melhor, estão menos, ou mesmo nada dependentes da acção de representantes nos quais muitos já não se revêem e a quem não reconhecem capacidades superiores às suas para ocupar os cargos que ocupam. Com mais noção da sua capacidade para se responsabilizar pelas suas escolhas baseadas no

acesso à informação, o indivíduo apercebe-se do seu papel como actor político, mesmo que no espaço público, muitas vezes, se continue a fazer a distinção entre o indivíduo comum e o político.

É natural que surjam mais protestos e exigências por mais responsabilidade e para tal é necessária mais democracia, igualdade e liberdade. Para assumir a responsabilidade de construir o seu futuro, o indivíduo precisa de mais democracia que lhe confira poder decisório – o que pode implicar que se realizem alterações no sistema representativo característica da maioria das nações europeias e dos EUA-, mais igualdade, ou seja, o fim ou amenização da estrutura social hierárquica, e liberdade para escolher efectivamente, para se auto-determinarem fora de um sistema que muitos parecem considerar injusto e ineficiente. Apercebendo-se que é um político porque participa no espaço público, o indivíduo ganha noção, também da sua para impulsionar a mudança, sendo que a restrição aos mecanismos decisórios para efectuar a mesma são motivo de protesto. Na maioria das vezes o protesto não se refere ao fim do sistema representativo ou à instauração de um regime político diferente, mas sim à criação de mecanismos políticos e decisórios que correspondam aos desejos e necessidades de indivíduos mais informados.

O ponto comum entre os vários movimentos, tanto na Europa como nos EUA, é a exigência por uma sociedade mais justa, ou seja, uma melhor redistribuição do poder. O objectivo é que o indivíduo tenha espaço para exercer o seu livre arbítrio e capacidade de decisão, que é muito limitada pelos desequilíbrios naturais de estruturas hierárquicas como o é a organização social capitalista. A distribuição desigual do poder significa, à partida, que a sociedade se baseia num sistema de vantagens e desvantagens onde os grupos são estruturados de acordo com a sua capacidade de influência e onde lhes são atribuídas funções desiguais. Um ambiente de competição pode parecer mais libertário mas, de facto, cria apenas situações onde o indivíduo se torna mais dependente das suas necessidades físicas porque o acesso aos meios para as saciar é restrito, colocando em causa a sua liberdade.

A vantagem competitiva que deriva da distribuição desigual do poder não pode ser eliminada apenas com a equiparação dos rendimentos ou uma melhor redistribuição da riqueza. A produção de mais riqueza não põe fim às desigualdades porque ela é desigualmente redistribuída – com primazia para os detentores dos meios de produção e, acima de tudo nas últimas décadas nas quais os mercados financeiros cresceram em



volume de transacções e poder, para aqueles que vivem da exploração do rendimento sem investimento - e essa desigualdade é uma forma de manter intacto o sistema hierárquico. Acrescenta-se a isto o facto de não ser a riqueza o factor determinante da hierarquia:

“A discriminação social, o poder, etc que permanecem o essencial, transferiram-se para esferas diferentes do rendimento ou da riqueza [...] pouco importa que todos os rendimentos sejam, no limite, iguais [...] critérios como o saber, a cultura, as estruturas de responsabilidade e de decisão, o poder, embora largamente cúmplices da riqueza e do nível de rendimento, relegaram os últimos, bem como os signos exteriores do estatuto para a ordem dos determinados sociais do valor, para a hierarquia dos critérios do “poder””  
(Baudrillard; 2008:57).

O sistema, portanto, nunca tenderá para a igualdade enquanto permanecerem as hierarquias e os mecanismos autoritários necessários para as manter. Não podemos sequer afirmar que a sociedade hierárquica é apenas uma marca passageira da história humana, uma ponte para um sistema de completa igualdade, pois hierarquia e autoridade são marcas de várias formas de organização social.

O estilo de vida baseado no consumo, característico de várias nações europeias e EUA, deixa de ser suficiente se serve apenas para manter a maioria afastada do poder, porque satisfaz várias necessidades mas não corresponde a nenhum aumento ou redistribuição de poder. A democratização de um estilo de vida consumista não significa que o indivíduo suba na escala social porque os critérios da mobilidade são dominados por aqueles que ocupam o topo da hierarquia, representando apenas um possível incremento na capacidade económica individual. O acesso aos bens de consumo, fruto do desenvolvimento e crescimento económicos dos Estados, resultou no aumento do conhecimento mas também em mais insatisfação que no entender daqueles que se inseriram (e inserem) em diversos movimentos sociais na última década não pode ser aplacada a não ser pelo acesso ao poder em conformidade com as capacidades que possuem. Dado que o acesso aos canais decisórios está, em grande parte vedado, os protestantes recorrem aos métodos mais sublimes da democracia, retirando-a dos fóruns oficiais e retornando à rua, onde se sente menos a desigualdade no acesso ao poder, ou recorrendo à *Internet* para vocalizar o seu protesto.

A desigualdade é parte intrínseca da organização capitalista e a igualdade, ou a ideia dela, está permanentemente em discussão – como consegui-la e preservá-la.. De

facto, por estar permanentemente em discussão é necessário consagrá-la na lei. Só quando algo que deveria ser um dado adquirido na sociedade está em perigo é que se torna um direito, como tal, a igualdade só tem de ser resguardada na lei porque existe, efectivamente, desigualdade e é necessário um mecanismo que a amenize ou disfarce. Nesse sentido, o direito à igualdade é semelhante a outros direitos adquiridos como o direito ao trabalho:

“assim como não existiu “direito de propriedade” senão a partir do momento em que já não havia terra para toda a gente, também não houve direito ao trabalho a não ser quando o trabalho se tornou, no quadro da divisão do trabalho, uma mercadoria permutável, isto é, que deixou de pertencer pessoalmente aos indivíduos” (Baudrillard; 2008:62).

A existência de um sistema hierárquico, assim como de diferentes graus de acesso ao poder significa que tendem a surgir e perpetuar grupos que encaram a governação como natural, porque têm mais poder económico, mais acesso ao conhecimento, mais capacidade de influência sobre os mecanismos governativos e obtêm mais controlo sobre o sistema, cristalizando a sua posição social. É um sistema fechado: a hierarquia justifica a existência de grupos mais aptos para governar e a existência destes justifica a hierarquia dado que ela é fulcral para que mantenham o seu estatuto. Deste sistema surgem elites com melhor preparação para governar e, por isso mesmo, com um direito natural para o fazer.

Existe uma divisão natural entre o eleitorado e os líderes, sendo que o único poder efectivamente concedido ao primeiro é o de fazer a renovação da liderança através do voto. O que os movimentos sociais têm contestado, tanto na Europa como nos EUA, é a ideia de que existe um grupo naturalmente mais inclinado para a governação graças ao poder que se perpetua através da sua rede fechada. Os indivíduos que participam naqueles movimentos estão cientes da sua capacidade autónoma para decidir, encarando a hierarquia actual como desnecessária ou desfasada do que a realidade necessita. No espaço público, esses movimentos colocam em confronto várias perspectivas – até porque uma das características essenciais destes movimentos é a abertura, na generalidade, a vários quadrantes políticos – acabando por promover o debate, ao mesmo tempo que se insurgem contra o discurso determinista dos governantes, como por exemplo o discurso da austeridade que tem sido a base da política governativa em muitos dos Estados membros da UE.

A diferença no acesso à educação – ou de acesso a uma educação de qualidade - e à riqueza, assim como o sistema de trabalho assalariado, podem forçar o indivíduo a uma condição de subalternidade, reforçada pelo facto de um sistema político elitista restringir o espaço público porque, independentemente de todos os indivíduos serem iguais e capazes de formular e partilhar as suas perspectivas pessoais, estas são, em larga medida, desconsideradas.

À excepção do momento único do voto e de esporádicos casos em que a concertação e a pressão pública provocam a mudança – principalmente quando essa pressão é exercida na rua e estruturada em torno de uma ideia exequível -, a capacidade individual de influenciar os processos de tomada de decisões referentes ao bem comum são limitadas. Neste sentido, a restrição da capacidade individual é sempre perniciosa, seja ela originada pelo pensamento paternalista que encara o indivíduo como incapaz de fazer bem a si próprio e ao Outro se não for correctamente dirigido para tal, ou pela ideia de que a capacidade de governar advém da posição social e da riqueza. A questão está na definição do poder que deve ser encarada como mais do que a mera acumulação de riqueza à qual corresponde determinada capacidade decisória. Poder significa também a capacidade para a auto-determinação, portanto o livre-arbítrio, em conjunto com a liberdade de participar no debate público de uma forma activa e constante.

A generalização da *Internet* e de meios de comunicação gratuitos que escapam ao controlo dos grandes grupos económicos podem conferir uma maior profundidade ao debate público, ao mesmo tempo que incluem aqueles que, de outra maneira, ficariam de fora dessa discussão. O indivíduo comum tem agora acesso a tanta informação como o político ou o economista, sendo muito mais capaz de criar opiniões informadas, baseadas na busca pessoal pela informação.

“Num mundo baseada na comunicação constante e activa, o poder rígido – o poder que só flui do topo para a base – perdeu o pé [...] o monopólio da informação, em que o sistema político assentava não tem futuro no quadro de total abertura das comunicações globais” (Giddens; 2007:73).

O controlo da informação, que dava a agentes políticos e económicos a capacidade de afirmar que o indivíduo comum não se devia preocupar com a governação pela complexidade desta, é posto em causa, o que, perante uma maior consciencialização do indivíduo e do seu papel de actor social, deveria gerar importantes alterações não só ao nível da Democracia como também na percepção que o sujeito faz da sua relação com a sociedade

As alterações nos meios de comunicação podem ser encaradas como a face visível das mudanças nas redes de poder. Mais do que nunca, a direcção em que o poder é exercido torna-se difícil de discernir, o que significa que existe, ou parece existir, uma tendência crescente para a sua descentralização. Os canais pelos quais o poder flui já não são apenas verticais ou horizontais, antes imiscuem-se e criam novas situações e possibilidades de exercício da consciência individual. À medida que aumenta a informação disponível para o indivíduo, e este tende a tomar parte no processo de criação e obtenção da mesma, o poder deveria ser redistribuído forçando alterações na estrutura hierárquica da organização social capitalista. O indivíduo deveria tornar-se mais independente do sistema e mais capaz de experienciar o mundo nos seus próprios modos – menos limitado pelas convenções sociais específicas do seu meio ambiente -, e as redes de poder entrariam em choque provocando a destabilização da estrutura social.

As redes de poder são cada vez menos estáticas, mais maleáveis e interconectadas. Nasce novos locais de conflito e exercício do poder em paralelo a velhos “campos de batalha” que renascem pelo meio do domínio de uma sociedade que os havia conformado à norma única, com o debate público confinado a institutos, escolas e parlamentos. A informalidade parece ser a palavra de ordem, por oposição à estrutura rígida e formal dos Estados-nação da Democracia representativa e dos partidos e seus rituais tradicionalistas de afirmação e legitimação. A generalização do poder, contudo, não significa que exista mais igualdade, ainda que a tendência poderá vir a ser essa, dependendo apenas da capacidade dos vários grupos anularem o pensamento e concepção hierárquica da sociedade. Como afirma Alain Touraine:

“[A] decomposição da sociedade nos países mais modernizados atinge as suas formas extremas quando se rompe o elo entre o sistema e o actor, quando o sentido de uma norma para o sistema já não corresponde ao que ela tem para o actor. Tudo assume então um duplo sentido e o indivíduo quer afirmar-se pela sua oposição à linguagem da sociedade” (Touraine; 2005:79)

É precisamente fora do âmbito do Estado e do mercado que poderão ocorrer mudanças importantes que, no futuro, colocarão em causa toda a organização das sociedades de organização capitalista. Trata-se de uma questão de disputa do poder: Estado e mercado detêm um monopólio da autoridade e da hierarquia que funciona em favor de ambos e do qual dificilmente abdicarão, ou seja, políticos e agentes financeiros, que muitas vezes se misturam na mesma pessoa, sofrerão mais contestação ao seu poder e influência sobre as instituições públicas e privadas que possuem o poder autoritário e económico.

A economia continuará a ser uma disciplina importante e os governos tendência parece ser a do crescimento de uma tecnocracia, mas essa sofrerá a concorrência cidadãos cada vez mais versados nessas áreas, o que significa que não poderão alegar que a dificuldade inerente à política e à economia é motivo suficiente para impedir a participação do indivíduo nos processos de decisão. “[...] os velhos mecanismos da governação não funcionam numa sociedade em que os cidadãos partilham com os governantes os mesmos meios de informação plena” (Giddens; 2010:75). O segredo e a reclusão já não são (e tenderão a ser ainda menos) métodos viáveis de governação: o escrutínio é geral e o indivíduo tem a possibilidade de ser mais independente de parlamentos ou assembleias representativas para estar a par do que fazem os eleitos para cargos governativos, o que significa também que a teatralidade tradicional da política, com todo o ritualismo que lhe é própria, poderá perder grande parte da sua funcionalidade e sentido, além de que a exigência por políticos preparados para o debate, em vez de tecnocratas sem predisposição democrática tenderá a ser cada vez maior

O escrutínio a que a acção política está sujeita, assim como o aparecimento de vários movimentos sociais com forte impacto social na última década nos EUA e Europa vem provar como errada a ideia de que os indivíduos perderam o interesse pela política, ainda que demonstre existir descontentamento com as estruturas e processos governativos e de escolha de governantes. Muitos estão mais atentos, possuem mais conhecimentos e são menos tolerantes com as atitudes que consideram reprováveis de vários políticos (desde a guerra no Iraque começada no governo de Bush até às políticas de austeridade na Europa). A insatisfação é dirigida aos actores políticos e não tanto à Democracia em si, contudo, como as instituições democráticas falham, várias vezes, em responder às exigências dos cidadãos, estes são forçados a procurar alternativas para fazer valer o seu poder no espaço público.

Movimentos como o *Occupy* e Indignados ou grupos como os *Anonymous*<sup>5</sup> têm de uma característica importante: nasceram nas redes sociais a partir de uma ideia comum partilhada por indivíduos de diferentes origens, o que faz deles conjuntos relativamente destrutturados e atomizados através dos quais se contestam as instituições democráticas tradicionais cuja capacidade representativa acusam de estar diminuída

---

<sup>5</sup> Uma colectividade de *hackers* e activistas (*hacktivistas*) que usa o anonimato e a internet para lutar por causas variadas desde o combate à pedofilia até à denúncia de casos de corrupção. Usam a máscara semelhante à da personagem principal de *V for Vendetta*, o filme baseado na *graphic novel* homónima de Frank Miller, que encarna o espírito revolucionário de Guy Fawkes.

pelo aparecimento de vários governantes pouco preparados para o exercício das suas funções no espaço público (mesmo que economicamente competentes) e/ou manietados por interesses privados que contrariam ou prejudicam a sociedade como um todo. As suas reivindicações não são apenas de cariz económico, de facto centram-se muito mais nos direitos humanos, na exigência por mais democracia – uma maior democratização da sociedade através da dispersão do poder e acesso aos mecanismos de influência correspondentes ao nível de conhecimento a que o indivíduo pode aceder e não tanto pela distribuição da riqueza, ainda que também seja uma exigência – ou na luta pelas liberdades individuais.

O que distingue aqueles movimentos e a natureza dos protestos iniciados por grupos com o mesmo cariz desde a Europa até aos EUA (como por exemplo o movimento “Que se lixe a Troika” que começou nas redes sociais como um pequeno grupo e se expandiu até se concretizar numa das maiores manifestações da última década em Portugal), de movimentos e protestos anteriores é a sua forma de organização. São espontâneos, resultando da facilidade comunicacional promovida pelas redes sociais e pelos meios de telecomunicação móveis. Não têm estruturas físicas ou líderes, excepto em tarefas pontuais, tratando-se, ao invés, de fenómenos de reunião voluntária despojados de hierarquias, baseando-se na distribuição equitativa do poder de participação no espaço público. São móveis e inorgânicos mas por isso mesmo pouco dados à cristalização ou manipulação pelas forças políticas tradicionais.

Os movimentos sociais parecem assumir-se como a contraparte dos partidos políticos, podendo garantir ao indivíduo um lugar influente no espaço público que é, muitas vezes, difícil de encontrar. O que movimentos sociais originados na *Internet* têm de original é a cisão com ideia de que os indivíduos não têm capacidade de organização se não estiverem submetidos a hierarquias e estruturas rígidas. Não só podem alterar a forma de participar no espaço público, tornando a participação menos limitada pelos processos formais da Democracia, como mostram que existem alternativas aos grupos estruturados e rígidos, e por isso menos capazes de acompanhar os ritmos de mudanças, tradicionais da política.

### **Snowden**

Não é necessário ir até a regimes cuja democracia é apenas uma teoria sem correspondente prático, para encontrar exemplos de Estados onde o poder está cada vez mais concentrado num grupo não-eleito de indivíduos. Casos como a Rússia ou a China, países onde existe o voto mas severas restrições da liberdade de informação e direitos humanos, são importantes pontos de comparação com Estados europeus, por exemplo, mas nem é necessário alargar tanto o espectro de observação porque exemplos muito semelhantes ocorrem mesmo à nossa porta.

Após o fim da segunda guerra, e com o crescimento do que viria a ser a União Europeia, não seria de esperar um retrocesso na democracia. Tudo parecia apontar para um aprofundamento das liberdades individuais, da tolerância e da igualdade, em conjunto com riqueza abundante. No entanto, ainda que do ponto de vista formal, os países europeus, na sua maioria, e EUA cumpram com os trâmites dos regimes democráticos, o que as últimas décadas provam é que também aconteceram ataques importantes à igualdade e liberdade.

Um Estado tem o direito de se defender e tem o direito de empregar os meios ao seu alcance para tal. No entanto, é dever do público e governantes (porque decisões que envolvem os direitos humanos devem sempre passar pelo escrutínio público e a decisão deve ser tomada por todos e não apenas pelos representantes eleitos) pesar as consequências éticas de determinadas medidas tomadas em nome da segurança. O dilema da segurança e do quão longe estamos dispostos a ir envolve o presente - dado que as necessidades de segurança são sempre prementes e de curto prazo, porque os perigos surgem, em geral, no presente e no futuro imediato - mas também o futuro, dado que a prevenção dos perigos actuais não justifica medidas que restrinjam os direitos de gerações futuras, que obviamente não têm poder de decisão no presente.

A ingerência nos assuntos internos de outros Estados, a espionagem, a venda de armas, entre outros métodos, são antigos e ainda eficazes meios de obter vantagem sobre os adversários. Não existem aliados no plano das relações internacionais, na prática existem apenas armistícios mais ou menos duradouros. Quando confrontados

com a sua sobrevivência, os Estados empregam todos os meios ao seu alcance, mesmo que isso implique violar normas internacionais e os mais básicos conceitos éticos.

A partir de que ponto se traça o limite? Até onde, dentro de um determinado conjunto de valores democráticos e éticos que colocam a liberdade individual acima de qualquer outro valor, se pode ir, sem que existe oposição à utilização de métodos repressivos? É essa discussão que permanece por fazer, e permanece assim não por desinteresse do público mas porque não é do interesse das elites com poder ver os seus recursos mais drásticos serem colocados em causa. Não é um debate que agentes políticos e económicos estejam dispostos a fazer, mesmo que seja difícil prever se as suas intenções esbarram ou não na vontade pública. Os meios de repressão empregados pelos Estados, principalmente desde o início deste século, só têm sido aceites se aplicados num contexto dum discurso baseado no medo pela segurança, ou se empregados em segredo. O secretismo também só é possível porque agentes políticos e económicos sentem que existe liberdade de acção, ou seja, que estão mandatados para actuar conforme os seus desejos e interesses sem que tenham de se submeter à vontade dos eleitores. Não é legítimo considerar que programas que espiam os indivíduos secretamente, e partindo do princípio que sono todos potenciais culpados, sejam justificados pelo acto eleitoral, e por essa mesma razão têm de permanecer secretos.

No que diz respeito à cedência de poder, a democracia é um regime de contrasenso porque é provavelmente o único no qual o poder é, na maioria das vezes, cedido pacificamente. Trata-se de uma das premissas base da democracia: a alternância nas estruturas governativas, que permitem distribuir o poder por todos os quadrantes da sociedade, garantido que todos vêem as suas necessidades satisfeitas, mesmo que em épocas diferentes. No entanto, se o poder do Estado é controlado por entidades que existem para lá dele, logo fora do âmbito eleitoral, ou por indivíduos menos preocupados com os dilemas éticos que estão associados à governação e ao poder, como é costume na tecnocracia que grassa na Europa, então ceder o poder, ou lidar com a diferença e oposição na democracia, pode ser encarado como um entrave que, não podendo ser abatido, tem de ser contido. É por isso que os laivos de democracia que vão surgindo em países intervencionados causam tanto problema interpretativo a quem compreende o poder apenas como mecanismo de imposição da vontade. Do desejo de referendo à participação na UE proposto pelo antigo primeiro-ministro grego Papandreou, à actividade do tribunal constitucional em Portugal, passando pelos



protestos e movimentos que são descartados como o descontentamento da minoria, todo e qualquer reflexo da democracia é encarado como uma afronta ao discurso único e à vontade de quem tem no seu horizonte nada mais do que a imposição da sua visão de como deve funcionar a sociedade.

Observação e controlo são parte essencial das táticas empregadas pelos Estados para garantir vantagem na cristalização do seu poder, e por isso mesmo a estrutura hierárquica da sociedade intacta. É necessário manter o indivíduo sob vigilância constante, o que permite controlar a sua actividade e as suas redes de relações, mesmo que essa observação seja feita de forma ilegal e, acima de tudo, desprovida de ética. Vigiar e monitorizar os perigos são práticas constantes dos Estados ao longo da história. A observação, e através dela, o controlo do perigo, é parte da lógica subjacente à criação de prisões, por exemplo, onde aqueles que estão desajustados da sociedade são monitorizados e contidos. Obviamente, dado que a própria estrutura da sociedade não permite a eliminação do crime, métodos de observação e monitorização, de separação física, são essenciais e facilmente justificáveis. No entanto, quando aquela lógica é alargada e abrange todos os indivíduos, e isso inclui aqueles que nunca foram considerados culpados de qualquer crime – ponto essencial num Estado de direito -, entramos no domínio da ética, forçando-nos a escolher, eventualmente, entre uma instituição que trata os cidadãos como potenciais criminosos ou a liberdade.

Com o *statu quo* ameaçado, é natural que os Estados respondam. As respostas, contudo, não demonstram abertura para ouvir o que os indivíduos têm a dizer sobre o género de futuro que querem. Ao contrário, a tendência tem sido para reprimir qualquer tipo de discurso que se oponha à norma vigente que impõe, ao nível mais básico da cultura e da sociedade, a ideia de que o ambiente competitivo capitalista é o único que permite alcançar a riqueza e a felicidade, no qual se pode viver na abundância. Na verdade, o que se passa é que existem grupos que dependem das suas relações com o estado para permanecer na sua posição de vantagem, e para a manter estão dispostos a empregar todos os meios, mesmo que pouco éticos. Tanto a Europa, como os EUA, como o Norte de África, têm assistido a variados e poderosos movimentos de mudança que continuam a ser excluídos do debate político ou a ser violentamente atacados ou, no caso da primavera árabe, a ser instrumentalizados para colocar no poder grupos que pouco diferem, nas suas práticas, dos regimes que depuseram.

A violência física não só é mais básica das formas de repressão como também é a mais directa, ainda que, no contexto actual, das menos eficazes. Tal não significa que não seja empregada para controlar os indivíduos. Movimentos de protesto, desde os EUA à Turquia são repudiados, muitas vezes, com níveis elevados de violência física. Tratando-se de autênticas revoluções, algumas que se prolongaram ou ainda prolongam em guerras civis, a existência de mortos, principalmente devido ao nível de violência empregada pelas forças estatais, era natural. O contexto dictatorial no qual tais movimentos surgem, e sendo natural a associação entre regimes despóticos e o uso da força excessiva como mecanismo de repressão e generalização do medo, fazia prever respostas duras por parte dos diferentes Estados. No entanto, o recurso à força excessivo não é exclusivo de regimes ditatoriais do Norte de África. Na Europa, principalmente em alguns países que sofrem mais com a crise, e nos EUA, a violência das forças estatais é clara, com intuito de reprimir aqueles que se atrevem a lutar por visões diferentes da norma.

O comportamento das forças policiais nas manifestações é o espelho da vontade daqueles que governam o Estado. A polícia é a extensão física do poder do Estado, reflectindo na sua actuação a matiz despótica da instituição a que pertencem, com intensidade que varia conjunturalmente. O trabalho policial em manifestações ou protestos é obrigatoriamente diferente da restante função dessa instituição. Zelar pela segurança dos protestantes e meio ambiente envolvente é uma premissa menor, pois o verdadeiro objectivo é do colocar pressão psicológica nos manifestantes, lembrando-lhes que o Estado tem a força do seu lado. Como representantes directos do Estado, a polícia - ou instituições semelhantes - representam a força e a violência e é nesse sentido que comparecem nas manifestações e protestos, o que significa que a interacção com o Estado é feita pelo confronto e não pelo debate.

Da Grécia a Portugal, os protestos contra a austeridade têm sido afrontados com violência excessiva por parte das forças policiais. A situação de crise que vigora actualmente é um motivo para medidas drásticas e tem revelado a incapacidade dos governantes, mesmo em questões que pouco se relacionam com a economia, como na comunicação. As falhas de comunicação não são apenas fruto de impreparação mas também da incapacidade, misturada com um sentimento de irresponsabilidade, em transmitir algo que fuja ao discurso pré-preparado da crise e da austeridade. Como tal, ao confrontarem-se com o protesto, regimes cujos governantes lidam cada vez pior com

os actos informais da democracia, parecem sentir-se acossados, justificando o uso da força como forma de colocar um fim a dissidências, ao mesmo tempo que, no campo simbólico, demonstram o seu poder.

O recurso à força não se limita aos países que atravessam crises económicas. A incapacidade de perceber a dinâmica do espaço público como peça fundamental da democracia leva líderes e governos a recorrerem com mais celeridade do que é razoável à violência, levada a cabo pelas forças estatais definidas para essa tarefa. Assim, surgem exemplos cada vez mais graves de repressão, aliados a discursos incriminatórios e divisores, que tentam colocar os indivíduos numa situação de confronto entre si.

A Turquia tem sofrido desde 2013 com esse género de violência promovida pelo governo e apoiada pelo Estado. Os protestos recentes naquele país não se limitavam à protecção do parque Gezi. Por detrás da retórica da protecção do último espaço verde de Istambul, estava a luta contra a crescente islamização do Estado turco, cuja república se caracteriza exactamente pelo laicismo, promovida pelo primeiro presidente Mustafa Atartuk. Em causa estavam as restrições à liberdade de escolha e a crescente violência, mais do foro psicológico, de medidas que configuram a criação de um estado islâmico, disfarçado pelo discurso dos bons costumes. O protesto era, de facto, pelo humanismo e pela liberdade de escolha, por um regime político laico, no qual a democracia fosse generalizada, ou seja, onde todos pudessem ter uma voz, ao invés de ficarem de fora do debate importante que implica mudanças estruturais na sociedade turca.

A incapacidade de Erdogan para lidar com a oposição, que é uma característica comum a muitos governantes modernos, criou o ambiente necessário para a repressão violenta de um movimento pacífico, que já durava há sete dias antes dos confrontos se iniciarem. É a falta de habilidade, e vontade, em abrir o diálogo que força os governantes a escudarem-se por detrás de medidas repressivas. Porque muitos governantes actuais estão pouco, ou mesmo nada habituados, ao confronto político – muitos deles nem são políticos de facto mas apenas tecnocratas com cargos públicos sem vontade, preparação ou hábito de confronto de ideias – resta-lhes a força para se imporem.

O perigo do recurso à violência é que esta se torne ineficaz, ao ponto de ser necessário incrementá-la para obter sucesso. A única forma de a violência não obter os resultados esperados é se existir resistência, pacífica ou não, capaz de agregar uma maioria de indivíduos dispostos a expressar os seus pontos de vista. No entanto, é de

esperar que os protestantes respondam com mais violência. Obviamente nem todos os casos são assim e existem exemplos bastante diferentes. Na Grécia, na Turquia ou em Espanha, em resposta à violência excessiva das forças policiais, movimentos e protestantes, mesmo que não apoiados pela maioria dos participantes, englobam facções que respondem com o recurso à força. Em Portugal, por outro lado, a resistência tem sido mais pacífica, assistindo-se a um desnível muito maior na força empregada entre manifestantes e forças policiais.

Todos aqueles países têm, no seu passado recente, episódios de ditaduras e autoritarismo, mas com contornos bastante diferentes que ainda hoje influenciam a dinâmica dos protestos e dos confrontos. A Espanha, por exemplo, tem uma história mais marcada pela luta armada, desde a resistência ao regime franquista até ao separatismo, muito apoiada nos movimentos de extrema-esquerda que encaravam a violência como a única resposta ao poder central do Estado. Por outro lado, em Portugal, quarenta anos de ditadura criaram um mito de brandos costumes que muitos parecem utilizar como um ponto de orgulho, até mesmo quando referem a revolução dos cravos como pacífica. A diferença na atitude perante o poder, a deferência com que este é encarado, também ajuda a explicar as atitudes mais ou menos pacíficas em situação de confronto.

A força física tem limites. Eventualmente criará anti-corpos importantes no seio do espaço público e colocará em risco a imagem das forças policiais e, consequentemente, daqueles a que elas respondem. A utilização da força sobre a sua própria população, coloca o governante numa situação delicada: ou tem um discurso divisionista, criador de pólos opostos que têm de se confrontar – cria inimigos – e poderoso o suficiente para convencer a maioria, ou arrisca-se a perder a credibilidade e poder. Nesta última situação restam-lhe duas saídas: resignação ou reforço da sua força, levando a extremos que, invariavelmente, terminarão numa sucessão de eventos violentos fracturantes, sendo um exemplo disso mesmo o caso da Síria. É por isso que muitos regimes apostam noutra forma de autoritarismo, na qual o poder do Estado não é usado primariamente para a repressão física mas sim para o controlo e prevenção, produzindo uma sociedade na qual se torna regra o panóptico como forma de restringir a liberdade.

O caso de Edward Snowden expôs os meios que estão ao alcance dos Estados para exercer o seu poder sob o indivíduo. Mostra uma parte dos jogos de sombras que se

processam nos e entre Estados, situações que ficam fora do espaço público e cuja revelação acarretam consequências, no mínimo, indesejáveis para quem as protagoniza. Espionagem e crimes de guerra não são actos desconhecidos, apesar da imoralidade que representam. O que muda, se é que de facto muda alguma coisa, é a extensão desses actos e o quão longe os agentes políticos, e outros interessados, vão para os esconder. É também uma questão ética que envolve o limite do poder do Estado sobre o indivíduo, até que ponto pode um cidadão ser alvo dos mecanismos repressivos e autoritários do Estado.

O caso Snowden levanta um importante dilema ético sobre a actuação dos Estados, ainda que decorrente de actos diferentes. É possível conceber o mundo actual sem espionagem? Provavelmente não. A competição não é só entre indivíduos, o sistema obriga os Estados a competir por vantagens no cenário político mundial e nesse confronto, espiar o adversário é a melhor forma de ficar à frente. Trata-se de uma corrida que é ganha por quem tem mais meios e que tem como prémio o acréscimo de poder para garantir a sobrevivência. A vantagem ganha é um incentivo para incrementar os meios empregados e prosseguir com as acções de espionagem. No entanto, é necessário traçar os limites para determinados actos levados a cabo pelos Estados.

As revelações de Snowden não podem ser consideradas novidade. Os Estados espiam os seus próprios cidadãos, é um facto. No entanto, um acto não se torna correcto por se repetir muitas vezes, generalizando-se como prática comum. O que Snowden revelou, e que pode ser novidade, é a extensão dos programas de espionagem do Estado americano. Sabemos agora que os EUA espiam os países emergentes, como o Brasil, aliados como o Reino Unido e, o que é verdadeiramente grave e provocador de debate, cidadãos indiscriminadamente por todo o globo. Fazem-no com a ajuda de empresas que deveriam garantir a segurança dos seus clientes. Tornou-se público que o Estado americano actuou em conjunto com corporações privadas (o próprio Snowden trabalhava para uma empresa privada sub-contractada pela NSA) para espiar todos os utilizadores dos serviços fornecidas por essas empresas, através de programas como o PRISM.

Não é de esperar que num meio ainda pouco regulado como a *Internet*, a informação que nela disponibilizamos permaneça secreta ou inacessível a quem a queira procurar. Uma das desvantagens de estar ligado em rede é a exposição: de um momento para o outro regressamos a uma comunidade que a urbanização quase tinha erradicado e

que se caracteriza pela observação constante e falta de privacidade. O anonimato não está garantido, mas muitos menos estão os nossos rastros electrónicos, que são um alvo fácil para os mecanismos de controlo ao dispor dos Estados.

Os variados projectos de Estados ocidentais que se destinam à monitorização da *Internet* e seu controlo devem-nos levar a considerar seriamente o debate ético sobre os limites que devem ser impostos à actuação das forças estatais. Trata-se de escolher entre ceder liberdade, num percurso que se complicará cada vez mais e do qual não há possibilidade de retroceder, ou travar os estados, mesmo que para isso se coloque em jogo a segurança individual. ACTA<sup>6</sup> ou SOPA<sup>7</sup> foram projectos de lei que entre a intenção de proteger os direitos de autor, por exemplo, pressuponham medidas que restringiriam fortemente as liberdades individuais.

A monitorização constante da *Internet* a par da invasão da vida privada dos indivíduos com a recolha de dados que é muitas vezes proposta em projectos que vão desde a protecção do comércio à espionagem, tendem a contar, ou a ser por completo, mecanismos que visam apenas limitar o livre acesso à informação. É a própria existência daqueles projectos que se torna preocupante: o facto de surgirem propostas que, na prática restringem os meios de comunicação e a liberdade de comunicar, invadindo o espaço privado individual denota a preferência dos Estados pelos velhos métodos autoritários de controlo do indivíduo. Mostram também uma incompreensão do fenómeno da *Internet* e dos novos movimentos. É impossível restringir algo que se renova constantemente, que não tem forma fixa, que é extremamente adaptável, processando-se a velocidades muito superiores às dos Estados e da legislação. Os movimentos e os meios de comunicação por eles usados são capazes de se transformar e adaptar rapidamente: não entram em confronto directo com a autoridade, que é a única coisa para a qual ela está preparada, porque se reconstroem à volta dela. Da mesma forma, projectos como o europeu INDECT, que visa vigiar o indivíduo através da monitorização da *Internet* e do espaço público através do sistema de videovigilância, são formas erradas de regular o espaço público. Sob a desculpa do terrorismo e da criminalidade, a UE propõe um projecto que visa vigiar os comportamentos potencialmente perigosos para prevenir o crime.

---

<sup>6</sup> Anti-Counterfeiting Trade Agreement

<sup>7</sup> Stop Online Piracy Act

A *Internet* pode converter-se num meio de repressão tão intenso e poderoso quanto o é quando usado para promover a liberdade individual. Tendo-se tornado um meio de comunicação imprescindível, a *Internet* alberga perigos que comprometem a privacidade e liberdade, assim como a segurança individual. O indivíduo está hoje mais vulnerável a ataques à sua pessoa, à vigilância repressiva do estado, que parte do princípio que qualquer cidadão é um potencial criminoso. Sabemos hoje que o FBI tinha uma lista de membros do movimento *Occupy* que deveriam ser assassinados caso necessário, e sabemos que os programas de espionagem da NSA<sup>8</sup> não se limitam a Estados soberanos, sendo que as empresas que operam na *Internet* cedem com relativa facilidade os dados dos seus utilizadores. Os actos de autoritarismo sucedem-se, impondo ao indivíduo um estilo de vida marcado pelo medo. A retórica da segurança perde todo o sentido porque este tipo de invasões e monitorizações do espaço privado representam o derradeiro fim da segurança individual. Não se trata de um caso em que se escolhe entre liberdade e segurança porque, na prática, uma e outra são faces da mesma moeda. O poder do estado é pernicioso quando utilizado contra os cidadãos que devia proteger. Se o monopólio da força que o estado detém é empregado por agentes que não fazem distinção entre os seus interesses privados e o interesse público, torna-se mais premente tomar medidas que restrinjam o poder do estado, dado que a alternativa será sempre a da incrementação das medidas repressivas, à medida que novos meios tecnológicos para tal vão surgindo.

---

<sup>8</sup> National Security Agency

## Parte II

### Os limites do ilimitável

O caso de Snowden demonstra a faceta perniciosa inerente à excessiva exposição pública na *Internet*, exposição essa que atinge níveis com os quais os outros meios de comunicação, principalmente a televisão, não podem competir, aumentando o apelo do mundo *online*. A discussão sobre privacidade é a mais urgente, principalmente porque o conceito em si, permanecendo inalterado, sofre pressões constantes. É difícil manter a privacidade quando se acede, de livre vontade, às redes sociais, quando nos inscrevemos em inúmeros *sites*, repetindo vezes sem conta a introdução dos nossos dados pessoais, muitas vezes sem noção do tratamento que lhes será dado. O simples acto de colocarmos os nossos dados pessoais num ambiente sem controlo ou fronteiras e sem meio de apagar a nossa história coloca-nos em perigo

Incontáveis empresas criam gigantescas bases de dados, muitas vezes mais pormenorizadas do que os registos estatais oficiais, a partir das quais orientam os seus produtos e as tácticas de venda, permitindo-lhes personalizar as suas acções de marketing e publicidade conforme o cliente alvo. Uma base de dados *online* contém a informação mais básica mas pode também conter dados tão subjectivos quanto os gostos pessoais em termos de consumo. Reunir toda a informação possível sobre os consumidores (sendo esta a prática mais comum na *Internet* que ainda é encarada, acima de tudo, como uma plataforma de vendas global) é a arma das empresas para aumentar os seus lucros, o que em si difere pouco do marketing regular feito fora da *Internet*. No entanto, quando empresas como *Facebook* ou a *Google*, com grande capacidade financeira, influência e infra-estruturas capazes, reúnem informação, criam bases de dados profundas e complexas - verdadeiros perfis psicológicos do indivíduo que, sendo apropriadas para outros fins que não a venda de produtos, como no caso da espionagem - colocam a liberdade individual num perigo provavelmente desconhecido até hoje. Mesmo quando o objectivo é vender e lucrar, é discutível se uma empresa pode analisar, a exemplo do que faz a *Google*, os *emails* dos seus utilizadores para descobrir padrões de gostos e consumo.



A *Internet* propícia, para a maioria dos seus utilizadores, um ambiente de vulnerabilidade sem paralelo na história humana. A maioria dos indivíduos não está preparada para lidar com o espaço vigília constante que é a *Internet*. Muitos utilizadores são mais velhos que a própria *Internet* e comportam-se nela como se comportam noutras arenas públicas, não percebendo que os níveis de vulnerabilidade e exposição são superiores, principalmente porque qualquer dado que é inserido na rede torna-se propriedade desta e não daquele que a partilhou. Apesar de importância do anonimato e do direito à preservação dos dados individuais, no âmbito da *Internet* a barreira entre o que é público e privado encontra-se mais difusa do que nunca porque muito deste último é exposto de livre vontade pelos utilizadores.

Tudo o que é inserido na *Internet* torna-se propriedade desta porque ajuda a construir a rede de informação que a constitui e porque essa informação, e para onde ela “viaja”, rapidamente fica fora de controlo de quem a forneceu. Os dados pessoais, desde o nome até aos hábitos de consumo (páginas visionadas, etc) são efectivamente propriedade do utilizador mas a velocidade a que são transmitidos, muitas vezes sem conhecimento do seu dono, faz com se percam na *web*, irremediavelmente irrecuperáveis e potencial fonte de perigo futuro. Os dados passam de “mão em mão” ao ponto de a sua origem se perder, entrando num fluxo constante e, muitas vezes, imperceptível e imparável. Muitos utilizadores, por exemplo, recebem *emails* de campanhas de publicidade de empresas às quais nunca forneceram os seus dados. Tal acontecimento só é possível porque a *Internet* é, ainda, um ambiente maioritariamente sem regras criadas especificamente para o regular.

As revelações do Snowden provam, acima de tudo, que a *Internet* é um meio que tem sido utilizado, em geral, com pouca noção do perigo. Estamos hoje mais perto do ambiente distópico de 1984 de George Orwell, vulneráveis perante um meio de comunicação que se tornou essencial na sociedade europeia e americana mas cujos riscos ficaram escondidos por detrás do brilhantismo das vantagens que nos são oferecidas. Foi na sombra que surgiu toda uma parafernália de vigília que engloba Estados e corporações, perante os quais o indivíduo não tem poder de reacção ou, até ao momento, capacidade para enfrentar excepto quando já é tarde demais. Programas de espionagem que não discriminam entre o indivíduo comum e o governo da nação adversária, que são usados de forma preventiva colocando em causa o princípio de inocência só podem ser postos em prática em segredo.

A privacidade continua a ser encarada, pela maioria dos indivíduos, como um pilar importante da sua vivência em sociedade, ainda que, com o desenvolvimento da tecnologia (computadores, *tablets*, *smartphones*, etc.) se tenha criado um dualismo cada vez mais acentuado entre a exposição voluntária – a maioria dos indivíduos ou não tem ainda noção da exposição a que se submete ou escolhe expôr-se alterando os limites do que é privado e público – e a invasão, ou seja, é legítimo mostrarmo-nos ao mundo mas não é aceitável que a exposição nos seja imposta. O problema que a maioria dos indivíduos parece ainda não encarar é que qualquer acto de espionagem levado a cabo por entidades privadas ou públicas só é possível porque eles próprios voluntariaram a informação.

É a existência da tecnologia que permite o seu emprego de forma perversiva. A máquina é neutra, assim como o é a *Internet*, contudo, se a máquina oferece a possibilidade de espiar, é de esperar que a espionagem seja feita. Muita da tecnologia usada actualmente foi desenvolvida com fins militares e só posteriormente aplicada à vida civil porque as suas funcionalidades permitiam a sua aplicação mesmo que não existisse uma necessidade premente para a sua existência. A *Internet*, sendo um meio que aproxima os indivíduos, baseada na construção de redes entre estes, é um meio, por excelência, de observação, uma característica intrínseca que impele a sua aplicação como arma de espionagem.

O meio está acessível, permitindo fazer melhor aquilo que já se fazia durante décadas pelo que não existe argumento lógico contra a sua utilização, excepto a dimensão ética que enquadra a acção humana. Se a tecnologia é neutra, a forma como ela é utilizada não o é, dependendo a benevolência ou maleficência da acção exclusivamente da intenção do utilizador. A neutralidade da tecnologia não chega para garantir um ambiente pacífico sendo necessário um debate ético constante sobre os limites da acção de entidades cujo poder, pela sua própria definição, é muito superior, em termos de força, ao do indivíduo. As revelações de Snowden não deixam dúvidas de que a *Internet* é o palco mais provável para uma guerra pelo controlo dos supostos pilares definidores das sociedades europeias e americana – acima de tudo liberdade e igualdade. O grande problema é que o indivíduo não tem capacidade, na grande maioria das situações, para fazer frente a entidades, principalmente estatais, com vantagem tecnológica e é por isso que é imperativo que a *Internet* permaneça neutra, consagrando-

se através dela um espaço no qual os indivíduos não estejam sujeitos a controlo e influências externas nem às pressões do mercado definidas através dos preços de acesso.

Apesar de ser um meio que permite ao indivíduo reunir-se de ferramentas importantes para a sua participação no espaço público, a *Internet* é cada vez mais o grande meio utilizado para atacar as liberdades individuais. A *Internet* é eficaz exactamente porque é neutra, ou seja, apesar da existência de grandes corporações no seu seio, o indivíduo não está limitado na sua escolha de fontes de informação. Qualquer acordo (como o TPP<sup>9</sup> ou TIPP<sup>10</sup>) que ofereça primazia às grandes corporações, capazes de grande influência devido ao seu poder económico, ameaça a neutralidade, colocando o indivíduo numa situação de limitação das suas escolhas e mais vulnerável num ambiente onde as restrições à acção individual e corporativa continuam a ser poucas. Snowden revelou que os programas de espionagem só poderão ser postos em prática com a cooperação, mais ou menos voluntariosa, das grandes empresas com presença na *Internet*, logo, leis que concedam protecção excessiva a esse género de empresas apenas deixará os indivíduos mais vulneráveis. A noção de que a invasão da privacidade pode custar clientes não chega para garantir que não existe cooperação entre corporações e Estados.

Um acordo que transforme a *Internet* num meio dependente do poder económico do utilizador não só criará o mesmo tipo de problemas que se observam no espaço público, com o poder económico a definir a influência política, como permitirá a criação de situações possivelmente duvidosas de cooperação entre corporações e Estados. Sem neutralidade – tanto em relação às corporações como aos avanços dos Estados e da sua força e violência – a *Internet* perde qualquer vantagem significativa que possa oferecer ao indivíduo em termos políticos, sendo por isso que a forma mais rápida e eficaz de limitar o protesto, actualmente (com exemplos que vão da China a Espanha), é proibir redes sociais (como o *Twitter*) ou impôr rigorosas barreiras aos direitos de protesto (como aconteceu recentemente em Espanha com a criação de elevadas multas para protestos não autorizados) e acesso à *Internet*. Num cenário de limitação de acesso são os movimentos sociais, que tendem cada vez mais a originar-se num ambiente *online*, que ficam severamente limitados na sua acção.

A *Internet* pode ser um espaço eficaz e os movimentos que nela nascem podem abrir roturas no espaço público que dão voz aos descontentes, no entanto, tanto na

---

<sup>9</sup> Trans Pacific-Partnership

<sup>10</sup> Transatlantic Trade and Investment Partnership

Europa como nos EUA a situação política não mudou, nem existem sinais de que se vá alterar num futuro próximo. Apesar do grande impacto mediático e da globalidade dos movimentos, que encontram apoiantes de vários quadrantes e países, são poucas, ou mesmo nenhuma, as alterações importantes ao funcionamento do sistema político e, principalmente, económico.

O único caso de sucesso é o do Islândia. Os islandeses foram capazes de fazer cair um governo e alterar a constituição para obter mais transparência e maior protecção do direito de expressão e informação. Os movimentos inorgânicos, convocados através da *Internet*, foram transpostos para a rua e fizeram pressão suficiente para conseguir concretizar os seus objectivos. O mesmo não aconteceu, em geral, na Europa e nos EUA. O caso islandês tem idiossincrasias importantes e é um exemplo isolado do que os movimentos sociais podem alcançar.

A principal causa de sucesso dos movimentos sociais na Islândia foi a capacidade de cristalizarem os seus objectivos, dando verdadeiro sentido às exigências de mais democracia e transparência. Tal facto foi possível porque, em grande parte, não existia uma vontade em alterar drasticamente o sistema – tanto assim foi que a constituição criada através da consulta popular não tem cortes com a arquitectura do sistema democrático islandês anterior à crise -, o que permitiu a focalização num objectivo concreto. Mais democracia significava, naquele contexto, exactamente aquilo que os protestantes queriam dizer: mais poder decisório individual que correspondesse à crescente posse de informação e capacidade de intervenção. O objectivo, tal como os movimentos, ganharam forma na rua e provaram-se concretos o suficiente para reunir grande parte da população islandesa. Uma revolução como a que sucedeu na Islândia não podia ser levada a cabo sem a concordância da maioria porque destruiria, logo na origem, os próprios princípios pelos quais ela era regida.

Além da capacidade de traçar um objectivo claro – transformar “mais democracia” em algo para lá de um chavão discursivo – e de o pôr em prática através dos seus actos, os islandeses tiveram outras vantagens nos seus movimentos. A Islândia tem dos índices mais elevados de escolaridade do mundo, o que significa que existe uma grande propensão para a busca de conhecimento, essencial para o bom funcionamento do espaço público. A Islândia não pertence à União Europeia nem ao Euro, logo não tem compromissos internacionais a manter e ao mesmo tempo retém a

sua independência económica, o que permitiu aos Islandeses recusarem a nacionalização das perdas dos bancos, e pôr em prática essa recusa.

A capacidade de transpor a insatisfação expressada na *Internet* para a rua é a grande diferença entre os movimentos sociais islandeses e os movimentos que surgiram na Europa e EUA ao longo destes anos de crise. É claro que os vários movimentos sociais têm a sua componente física, estão na rua a protestar, muitas vezes até são repelidos com violência. No entanto, a presença na rua é algo completamente diferente do processo de solidificação do movimento em torno de uma exigência que ganha forma no espaço público, para a qual se exige uma estrutura relativamente definida e uma orgânica que não disperse o poder decisório e de acção ao ponto de provocar inacção. Só por si, o acto da manifestação não cria a mudança. É necessário um objectivo claro e definido, agregador dos indivíduos, e que possa ser aplicado na prática. Não chega exigir mais democracia, é necessário explicar que democracia se quer e como se pretende alcançá-la, assim como não é suficiente, na maioria das vezes, o protesto destruturado que pretende alcançar mudanças dentro do processo democrático sem se conformar aos seus rituais.

. Existem acções que podem ser levadas cabo pela *Internet*, desde protestos *online* ao *hacking*, mas essas tendem a resultar quando são em pequena escala, porque a própria natureza dessas acções, muitas vezes inorgânicas, impede que possam ser realizadas em larga escala. A pressão dos utilizadores em relação a uma medida de determinada empresa, por exemplo, pode forçá-la a alterar a sua política de vendas ou promoção (ou no caso exposto por Snowden, de má utilização dos dados pessoais), mas o mesmo não é aplicável para sistemas de grande escala, como os Estados-nação. As regras que se aplicam aos pequenos actos de protesto *online* (pequenos devido à circunscrição de causa e objectivo), não se aplicam aos movimentos sociais que pretendem causar impacto no sistema. Não se tratando de uma estrutura isolada, o sistema, pela sua complexidade, obriga a formas de luta complexas, impossíveis de alcançar apenas pelo exercício do protesto na *Internet*. Os movimentos sociais que actuam à margem de regimes estabelecidos e legitimados em processos pacíficos, como as democracias europeias e americana, têm encontrando muitas dificuldades em concretizar os seus objectivos, ao contrário daqueles que conseguem conjugar alguma informalidade (uma característica comum a muitos movimentos e que os distingue de

partidos políticos) com a inserção no processo democrático (como aconteceu recentemente com as campanhas em torno da chumbo de projectos como o CISPA<sup>11</sup>)

O problema está na emulação que os movimentos fazem da inorgânica da *Internet*. É possível ter movimentos sem liderança fixa que obtêm resultados. É menos provável, contudo, que movimentos que não definem objectivos que possam ser aplicados na prática, consigam suceder. Ao actuar da forma mutável como actuam na *Internet*, os membros dos vários movimentos provocam a dispersão em relação a objectivos definidos e alcançáveis. A democracia que existe na *Internet*, que para todos os efeitos continua a ser um local livre, não funciona nos mesmos moldes da do mundo físico. Na maioria das vezes, a ausência da formalidade e da definição de objectivos para os conceitos que se defendem, ainda que funcionem na *Internet* porque é um meio propagandístico, não tem correspondente prático junto dos agentes políticos e económicos. Não significa que os membros dos movimentos devam fundar partidos e entrar na formalidade do processo democrático, mas sim que é necessário dotar as palavras de ordem de verdadeiro sentido prático ao mesmo tempo que se utilizam os recursos legais à disposição e até à exaustão.

Os movimentos sociais que surgiram nos últimos anos nos EUA e UE parecem ser incapazes de fazer passar a sua mensagem porque esta é confusa e sobrecarregada de sentidos. Não existe simplificação dos objectivos que permita definir planos de acção no tempo e no espaço, nem existe uma descodificação da mensagem porque ela é transmitida na rua como o é na *Internet*: com significado aberto à interpretação de qualquer um. Não limitar interpretações é uma vantagem caso se pretenda agregar o maior número de apoiantes, mas uma desvantagem quando é necessário explicar ao público o que verdadeiramente se pretende mudar e como se pretende fazê-lo. Sem uma definição claro dos objectivos, como aconteceu na Islândia, a mensagem dos movimentos sociais em torno de mais democracia fica aberta a ataques dos opositores, sendo facilmente conotada com ideias de destruição do sistema ou arrivismo, pelo que é lógico que este tipo de movimentos tenha, efectivamente, pouca capacidade de mudança em sociedades cujas democracias já estão estabelecidas, como acontece na Europa e nos EUA.

A vaga retórica que vários movimentos nos EUA e Eu tendem a empregar (mais democracia, liberdade, etc.), acaba por ser o resultado da reunião de indivíduos com

---

<sup>11</sup> Cyber Intelligence Sharing and Protection Act

ideias completamente diferentes do que se significa mais democracia, igualdade e liberdade, o que só é possível em grupos cuja falta de estrutura permite a afiliação de qualquer indivíduo por mais ínfima que seja a coincidência de objectivos e opiniões. Ainda que o confronto de ideias seja soberano, e característica mais importante do espaço público, a falta de conexão em torno de um objectivo impede os movimentos de obterem o suporte do público. Existe quem queira o fim deste sistema social, outros que o consideram bom, ainda que necessitando de alterações. Os movimentos sociais têm-se mostrado incapazes de retirar das perspectivas antagónicas no seu seio uma forma de actuação em torno de um objectivo claro. Ao pretenderem ser mais democráticos dando voz a todos, falham em conseguir a mudança porque são incapazes de operacionalizar as perspectivas, algo que se deve à emulação da informalidade e inorgânica da *Internet*. A realidade é emulada pela *Internet*, ou seja, apesar da sua estrutura aparentemente difusa, muita da sua organização é copiada do espaço público físico, no entanto, as capacidades que os indivíduos podem obter através dela parecem criar um ambiente de luta cujo objectivo é que o espaço físico recree o mundo aparentemente mais igualitário da esfera *online*.

Sem a operacionalização do discurso, os movimentos sociais em muitos países europeus e EUA têm sido, no geral, incapazes de fazer frente aos agentes políticos e económicos. As exigências por mais democracia, ou até fins mais específicos como mais regulação para os mercados financeiros, esbarram no discurso técnico e objectivo dos governantes e instituições oficiais. Como se suportam em dados concretos (sendo aparentemente irrelevante se são manipulados ou se estão errados), os agentes políticos e económicos são capazes de apresentar um discurso racional e mais apelativo. No confronto entre matemática e racionalidade contra a ética e o discurso a favor de um sistema mais justo, vão ganhando aqueles que são capazes de apresentar um discurso objectivo, com metas definidas e praticáveis. Perante o discurso político que deixa de fora qualquer alternativa que não aquela ditada pelos mercados, apenas um discurso vago e inoperacional poderia ficar a perder. É o caso actual tanto na Europa como nos EUA. Ao contrário, por exemplo da primavera árabe, os protestos mais recentes na Europa e EUA falharam em alcançar grandes mudanças de fundo – pequenas mudanças ocorrem quase diariamente que provam que a acção concertada em volta de um objectivo alcançável pode ter sucesso – porque Estados europeus e americano têm, no

geral, sistemas políticos bem estruturados e que continuam a legitimar-se sem recorrer à força (ao contrário do que acontecia no Norte de África).

Apesar de possuírem regimes políticos legítimos, EUA e muitos países europeus apresentam níveis elevados e crescentes de desigualdade que podem colocar em causa essa legitimidade. A pobreza aumentou drasticamente nestes últimos anos e os indivíduos são forçados a trabalhar em ambientes onde se veem privados de cada vez mais direitos. Assistimos, hoje em dia, à formação de um autêntico “exército de desempregados” em muitos países europeus – principalmente nos intervencionados, que permite ao patronato pressionar governantes para enfraquecer os códigos de trabalho com a premissa de que despedimentos mais fáceis e menores salários, em conjunto com menos protecção oriunda de instituições como os sindicatos, ajudará a reduzir o desemprego. A história prova, por várias vezes, que salários baixos e ausência de direitos conduzem a três coisas: pouca produtividade, aumento da desigualdade e revoluções.

Ainda assim, porque o discurso da austeridade é suportado pela teoria económica, num sistema construído com base no racionalismo, acaba por ter mais capacidade de agregação do que a retórica dos movimentos sociais. O indivíduo fica dividido entre o medo da perda do emprego e a queda numa situação de pobreza, ou a luta por um objectivo ainda indefinido sem qualquer certeza de sucesso. Tal ambiente não é favorável ao sucesso dos movimentos sociais. Os mais afectados pela crise tendem a não dar o seu total apoio, mesmo que compreendam que mais democracia, igualdade e liberdade sejam benéficos, porque têm de optar entre a segurança e a incerteza. Se os movimentos sociais falham em transmitir o que querem dizer com as suas palavras de ordem e como o pretendem alcançar, dificilmente obterão apoio, porque o seu discurso vago torna-se um veículo de populismo, sem poder de mobilização. Tanto na Europa como nos EUA, apesar das idiossincrasias, subsiste um discurso de inevitabilidade que coloca a economia no centro da acção política, discurso esse que é estruturado e coerente, pelo que a oposição teria sempre de ser feita através de um outro discurso igualmente estruturado e coerente. Nem os movimentos sociais nem os partidos políticos que se querem estabelecer como alternativa à narrativa vigente (especificamente aquela sobre a crise), principalmente na Europa possuem, actualmente um discurso que lhes permita criar uma alternativa.



A força inicial dos movimentos sociais na Europa e EUA, pouco tempo depois do início da crise, parece agora perdida. Contudo, como as condições de vida têm vindo a piorar e os escândalos que envolvem agentes políticos e económicos continuam a surgir, os indivíduos precisam de expôr as suas opiniões e de se fazer ouvir. Se não têm voz junto dos governantes e se não têm a força dos movimentos sociais em que se apoiar, pouco mais resta, aparentemente, do que a *Internet*. Funcionar como válvula de escape é um dos maiores perigos que se coloca quando estamos a lidar com a *Internet*. O mundo virtual aparente ter-se tornado num ambiente onde são descarregadas as frustrações, satisfazendo as necessidades de protesto porque os indivíduos sentem que nela são ouvidos. Preenchendo o vazio do espaço público, a *Internet* acaba, naquele sentido, por se tornar um meio redutor de impedimento à mudança.

O protesto *online* carece de poder e impacto sobre os governantes, mas permite ao indivíduo sentir-se ouvido, ainda que o seu protesto fique circunscrito à rede social e à comunidade, ou comunidades a que pertence. O maior perigo da *Internet*, no entanto, é o de servir como meio para instalar um ambiente repressivo e autoritário, no qual o indivíduo está totalmente desprovido de privacidade e é tratado como um criminoso potencial. Mesmo que a ameaça à segurança – terrorismo, por exemplo – fosse verdadeiramente grave, restariam sempre dúvidas que tratar todos os indivíduos como potenciais criminosos fosse a opção mais ética, principalmente pelas acções invasivas (programas como o PRISM) e restritivas da liberdade que tal visão substanciaria.

### **O autoritarismo: as novas tecnologias de comunicação ao serviço da força**

As novas tecnologias de comunicação fornecem ao indivíduo as capacidades para melhor compreender o ambiente que o rodeia. Os desafios para os Estados que advêm da maior independência individual, graças à posse de mais informação, colocam em causa a organização de um sistema social, principalmente o vigente na Europa e EUA, de base capitalista desigual e hierárquico, no qual o acesso ao poder está severamente restringido

Muitos Estados, principalmente aqueles cujos sistemas políticos necessitam do exercício constante de elevados níveis de violência para se legitimarem, confrontam-se, hoje em dia, com desafios que poderão colocar em causa a sua existência e que são empolados pelas novas tecnologias. A pressão causada pelo escrutínio público pode forçar os Estados a recorrer à força para manter os indivíduos sob controlo. O recurso à força implica, obrigatoriamente e dado o seu crescimento e importância estratégica, a tentativa de controlo do meio que representa um perigo maior: a *Internet*.

O autoritarismo não é exclusivo a regimes não-democráticos, apesar do seu carácter despótico. Existe autoritarismo a partir do momento em que uma entidade, ou indivíduo, está numa posição hierárquica superior e domina o exercício da força, do qual abusa e aplica com violência, principalmente numa tentativa de legitimação do seu poder perante a resistência ao mesmo.

“Quando a resistência e a rejeição se tornam significativamente mais poderosos do que a obediência e a aceitação, as relações de poder transformam-se: os termos da relação mudam, os poderosos perdem poder e, finalmente, ocorre um processo de mudança institucional ou estrutural, dependendo da extensão das transformações das relações de poder” (Castells; 2009:11).

Numa situação ótima, no âmbito da democracia, o exercício autoritário resume-se à aplicação pacífica – sem recurso, ou quase, à violência – da lei, confundindo-se com a autoridade das instituições. No espectro oposto, o autoritarismo é o exercício extremo da força, principalmente sobre os mais desprotegidos.

O monopólio da força é essencial para a manutenção do Estado e aplicação da lei. É impossível conceber um Estado-nação - no qual a premissa da segurança individual é, em geral, das mais importantes - em que o Estado não controle os meios pelos quais é mantida a lei e ordem, principalmente nos Estados de Direito nos quais a

lei submete a si todos os restantes elementos da organização social. A dispersão da força, numa sociedade moderna, implicaria o retrocesso a eras em que a justiça dependia mais da fulanização e do poder hierárquico individual do que da aplicação efectiva da lei.

Na conjuntura histórica actual, na qual a Democracia é considerada o regime político menos falível, Estados que subsistam sem um sistema democrático onde as liberdades individuais e a igualdade estejam garantidas, estarão estritamente dependentes do monopólio da força, e seu exercício violento, para garantir a sua sobrevivência. Mesmo em Estados com democracias consolidadas, como o são a maioria dos países europeus, é necessária a existência de mecanismos de aplicação da força, ainda que de forma subtil através do primado da lei, sendo ela necessária para o funcionamento regular do espaço público. Um Estado controlador dos meios de violência é uma concessão que a maioria dos indivíduos parece estar preparada para fazer em troca do benefício da segurança, mas que só permanece inócua enquanto a força não é aplicada para legitimar um sistema. Espiar indivíduos através da *Internet* é um recurso autoritário porque é um abuso da força do Estado, mais grave se fôr feito de forma preventiva, sem existência comprovada de qualquer ameaça.

A segurança, mais do que a liberdade, é o objectivo que define o monopólio da força. A existência de tal monopólio pressupõe, só por si, uma limitação à liberdade individual, já que o indivíduo se encontra numa condição subalterna perante o Estado. A subalternidade é a contrapartida para a capacidade do indivíduo desempenhar as suas funções sociais num ambiente seguro e pacífico, sem entraves à sua participação no espaço público e mercado de trabalho. É essencial que os meios de aplicação da força estejam concentrados numa entidade dirigida com neutralidade e racionalidade, como deve ser o Estado, pois só uma instituição desse género pode actuar dentro de limites definidos, de uma forma geralmente considerada justa e o mais igualitária possível.

A intensidade da força aplicada pelo Estado, no geral, depende muito da conjuntura política e económica, em conjunto com a pressão causada pelos movimentos de protesto, assim como da cristalização de determinadas forças externas. O grau de satisfação individual, decorrente das condições de vida e das oportunidades de acumulação de riqueza e mobilidade na escala social, é um facto fulcral na manutenção de um Estado pacífico, no qual o exercício da força se limita aos conceitos básicos da aplicação da lei. Quanto maior for o nível de satisfação, quanto mais justa for a

sociedade, menor será, à partida, a necessidade de empregar a força para manter a ordem, dado que a providência de condições de vida dignas – que numa sociedade baseada nas relações de trabalho passam principalmente pela eliminação da pobreza – tendem a eliminar grande parte das motivações para o crime. Em oposição, o aumento da pobreza, da desigualdade e das restrições à liberdade podem forçar os Estados a actuar com mais veemência, aplicando força exagerada (violência física, psicológica, restrição de acesso a infra-estruturas, etc.) sobre os indivíduos, porque nessas condições o crime e a insatisfação tendem a aumentar.

Um ambiente no qual a força e a violência são exercidas indiscriminadamente por todos não é mais livre ou seguro. A privatização dos meios de violência, que em muito corresponde à individualização, não cria condições para um género de paz romana em que a ameaça do recurso à força mantém, só por si, a paz e garante a segurança. Ao nível individual, a capacidade de exercer violência sobre outros vai criar situações nas quais essa mesma violência é, de facto exercida, ou seja, a capacidade de actuar violentamente é empolada pela efectiva habilidade e liberdade de o fazer. A possibilidade de exercer a força, num ambiente competitivo, é a maior das restrições à liberdade e segurança individual, pelo que tem de ser o Estado a dominar esses meios, até porque sem ela fica incapacitado de implementar a lei. No entanto, se é o próprio Estado a empregar a violência, e de forma excessiva como Snowden expôs, então qualquer tipo de relação benevolente entre essa instituição e indivíduo deixa de ser possível. O poder como relação social (Castells; 2009:11 a 12) desaparece, transformando-se numa relação de opressão. Dado que na Europa e nos EUA não surgiram ameaças visíveis, nas últimas décadas, à organização capitalista e democrática, apenas a monopolização da força estatal para garantir vantagens sistémicas a um grupo minoritário da população mas maioritário em termos de poder pode justificar a criação de programas opressivos.

O problema da autoridade é o excesso de poder que confere ao Estado, ou seja, quando a força é usada como um meio para coagir violentamente os indivíduos a fazer parte de um sistema (político, económico, etc.) que não lhes é benéfico, ou quando é usada para manter a hierarquia baseada no poder que domina o sistema. Quando o Estado utiliza em nome próprio, ou de outro – os recursos de um Estado nunca deveriam ser aplicados para benefício do mesmo ou de um grupo ignorando os restantes participantes no espaço público-, a sua força (que não tempositor efectivo) para fazer

valer políticas, leis e medidas injustas e que atentam contra os direitos humanos, entramos no domínio do autoritarismo. Quando um grupo, geralmente minoritário, é visado pelo Estado, tem poucas hipóteses de se defender a não ser que recorra também à violência (para todos os efeitos ilegal) ou à resistência pacífica, como por exemplo através da desobediência civil. A capacidade de resistência, contudo, não muda o facto de o Estado exercer a sua autoridade de forma brutal sobre grupos indefesos. A violência não tem de ser física, ainda que tenha sempre consequências desse género, e a aplicação de leis ou medidas que atentam contra a igualdade e a injustiça já são acontecimentos de cariz autoritário que permitem a aplicação prática de um discurso, na Europa e EUA, que não aceita alternativa e que cristaliza as relações desiguais de poder criadas pela estrutura capitalista.

A Crise económica tem servido de pretexto para actos autoritários de vários governos europeus. O discurso da crise é usado como justificação para a aplicação de medidas de cariz ideológico cuja aceitação, noutras circunstâncias, seria discutível. No ambiente de incerteza provocado pela crise, governos e grupos económicos fazem uso de um discurso que recorre ao medo e à inevitabilidade para aplicarem medidas que enfraquecem a posição de grupos minoritários (em termos de acesso ao poder). Vários governos, de Portugal à Grécia, parecem ultrapassar várias vezes a legitimada conferida pelas eleições, provocando alterações importantes no equilíbrio de forças entre actores sociais através de medidas que implicam, por exemplo, alterações a códigos de trabalho (que geralmente enfraquecem a posição dos trabalhadores, já de si geralmente encarada como uma de inferioridade em termos de relações de trabalho) ou cortes na saúde e educação que provocam distúrbios importantes na qualidade de vida das populações.

É legítimo aplicar o conceito de autoritarismo às medidas de austeridade aplicadas para resolver a crise? Depende da perspectiva que temos sobre a representatividade dos líderes eleitos. O problema da representatividade, actualmente, é que aparenta ser confundida, em muitos casos, com um mandato, uma autorização para actuar indiscriminadamente, ou seja o representante eleito parece considerar que o voto é um sinal de liberdade de actuação, sendo que qualquer responsabilização será feita posteriormente, nas eleições seguintes. Nesta visão, a Democracia fica meramente reduzida ao voto, o que retira grande parte do poder de pressão e mudança aos grupos presentes no espaço público.

O voto não serve, no entanto, para legitimar acções que coloquem em causa a igualdade e a justiça social. A insistência em políticas que falharam em produzir resultados positivos em quase cem anos, que são forçadas por autoridades internacionais, em muitos dos casos, é uma situação autoritária, principalmente porque essas autoridades não foram legitimadas nem mesmo através do voto. Aquelas políticas, nomeadamente as de austeridade e todas as que lhe surgem associadas – principalmente aquelas que implicam alterações importantes nas relações entre patronato e trabalhadores – são tomadas, na sua maioria, sem o aparente consentimento da generalidade dos indivíduos, a quem se destina o discurso da inevitabilidade do rumo escolhido, sendo quem o escolhe o ponto determinante.

Medidas que aumentam a pobreza e desigualdade e que são aplicadas com base num discurso económico redutor, excedendo os poderes representativos conferidos aos governantes, são sinais do crescente autoritarismo que está a tomar conta de algumas democracias europeias. A degradação da qualidade de vida é empolada pela austeridade, mas esta última é uma capa para o verdadeiro movimento revolucionário que parece se instalar em vários Estados europeus, movimento esse que ameaça alterar a relação de forças no espaço público, defendendo os “mercados” em detrimento do indivíduo e corrompendo o fim principal da Política. O impacto nos direitos conquistados com dificuldade ao longo de um século, direitos que existem para amenizar os problemas inerentes ao sistema, leva a que o verdadeiro caminho de governação seja ocultado por detrás do discurso propositadamente complexo da crise económica.

Autoritarismo porquê? Porque a força do Estado é empregada para cristalizar o poder de um grupo em desfavor de outro. Por detrás da austeridade e do equilíbrio orçamental está não só uma má avaliação das causas da crise – que era bancária e não de dívida – por parte das várias instituições internacionais que têm estado a frente da procura de soluções para a sua resolução (acima de tudo o FMI, BCE e Comissão Europeia) como também uma oportunidade para criar as condições que se julgam óptimas para o florescimento do mercado. A liberdade de acção dos agentes económicos, portanto o fim da ingerência estatal, é tida como a solução para garantir o máximo de crescimento e riqueza. Ao retirar força ao Estado para proteger o mais fraco, cria-se uma situação na qual a posição do mais forte, que é aquele que tem o poder económico para influenciar as políticas implementadas, pode ser reforçada.

Pode considerar-se autoritarismo quando os diferentes códigos de trabalho vão sendo transformados até direitos elementares, como por exemplo o ordenado mínimo, se tornarem irrelevantes ou mesmo inexistentes, destabilizando o equilíbrio muitas vezes sensível das relações de trabalho? Apenas o Estado tem o poder de fazer tais alterações e esse poder parece ser usado, em muitas ocasiões, em benefício daqueles que pretendem apenas maximizar lucros (e o seu poder), o que acontece à custa da exploração do trabalhador. Existe um tratamento desigual que provoca ainda mais desequilíbrios nas relações sociais, mais clivagens hierárquicas e distorce ainda mais a distribuição da riqueza. A função do Estado devia ser a da amenização das diferenças e não o seu empolamento, sendo para isso, fundamentalmente, que detém o monopólio da violência física e da força da lei. Se aquele monopólio é usado de maneira a cristalizar as desvantagens competitivas entre grupos, como tem ocorrido em várias ocasiões nos últimos anos, tanto nos EUA (por exemplo a redução de impostos para os mais ricos) e vários Estados europeus, então é possível caracterizar a actuação dos Estados, representados pelos diferentes governos, como autoritária.

O poder do Estado parece estar a ser utilizado, principalmente nos países europeus com programas de resgate e intervenção económica, para criar condições que favorecem uma ideologia próxima neo-liberal, com o Estado reduzido a um prestador de serviços para os mais pobres, configurando-se como uma figura proeminentemente autoritária porque os mecanismos à sua disposição para o exercício da violência são fortificados. Propôr e explicar medidas que são definidoras de um sistema ideológico, é completamente diferente de impôr as mesmas com a justificação de serem a única forma de superar a crise. Estamos a assistir a um longo processo revolucionário que visa retroceder no campo dos direitos dos trabalhadores (e toda a influência que esses direitos têm na vida dos indivíduos), porque o mito vigente é o de que a economia só cresce por acção do investimento, empreendedorismo e da iniciativa privada, para os quais vários dos direitos dos trabalhadores são entraves. O Estado usa a sua força não para propôr e explicar mas para impôr medidas que irão, eventualmente, pôr fim a tudo o que foi conseguido por sindicatos e partidos apostados na procura de mais igualdade e justiça desde o séc. XIX.

O detalhe que permite definir o autoritarismo na actuação dos Estados é o da imposição de uma visão através da violência física ou psicológica ou ambas. Não é legítimo afirmar que as medidas aplicadas, por exemplo, nos diferentes países europeus

intervencionados são justas apenas porque à luz de uma determinada teoria económica elas soam como certas. Se não existe confronto de ideias - ou se existe mas é ignorado por quem controla o Estado e os seus poderes - e se um determinado rumo é imposto à força, porque nenhum voto legitima medidas que são prejudiciais a longo prazo da condição humana, então poderemos estar confrontados com autoritarismo, com o uso da força para impôr aos indivíduos um rumo que lhes é prejudicial. Mesmo que a economia venha a melhorar, sem a protecção dos direitos que o Estado devia garantir, a posição dos trabalhadores será sempre de fraqueza perante quem detém o poder.

A situação actual – com um grande desequilíbrio de forças e direitos a pender para o lado de quem detém o poder económico tanto nos EUA como em muitos países europeus - beneficia apenas os grandes grupos económicos, que continuam a apresentar lucros elevados, mesmo com o aumento de taxas de desemprego, de pobreza e desigualdade. A história provou que baixos salários e pobres condições de trabalho produzem, a longo prazo, estagnação económica e insatisfação forte o suficiente para fazer cair regimes políticos, sendo um dos casos mais graves o da ascensão ao poder do partido nazi. A produtividade, na qual se baseia o sistema, e o bom ambiente político, para o qual é essencial um espaço público forte mas pacífico (no qual floresce o confronto de ideias), saem prejudicados com a insatisfação dos trabalhadores, que advém dos salários reduzidos e insegurança no local de trabalho. No entanto, a ideologia que advoga semelhante sistema não é nova - e é defendida por grandes instituições como a UE e o FMI – e radica-se na ideia de que o verdadeiro motor da economia é aquele que detém os meios de produção, opondo-se totalmente ao controlo do Estado que serve apenas para garantir o cumprimento da lei. Tal ideologia só pode ser aplicada, nos dias de hoje e sem ser proposta, de duas formas: através da violência, caso mais comum numa ditadura, ou através de um discurso político vago e determinista, que oculte propagandisticamente as verdadeiras intenções das forças externas que usam o poder do Estado a seu favor.



### **Imprevisibilidade e controlo**

Um dos grandes desafios que se colocará aos Estados no futuro, independentemente do regime, é o de como lidar com a abertura de novos ambientes de espaço público, nomeadamente a *Internet* e as redes sociais. Da mesma forma que os meios de comunicação podem permitir aos movimentos sociais crescer e espalhar a sua mensagem, ao mesmo tempo que minimizam a necessidade de organização estrutural dos protestos, também colocam os Estados perante situações em que perdem o controlo da propaganda e da informação. A grande vantagem dos meios de comunicação modernos, principalmente da *Internet*, é a oportunidade que conferem ao indivíduo de escrutinar profundamente as actividades dos Estados e dos grandes grupos económicos, ao mesmo tempo que a partilha de conhecimentos lhes permite participar de forma mais informada no espaço público, contrariando o monopólio do conhecimento que beneficia agentes políticos e económicos.

Os meios de comunicação ajudam a desafiar a autoridade dos Estados, o que implica, dada a ligação, o desafio do poder vigente na mão de agentes económicos e políticos. O debate sobre política e economia tende a sair dos fóruns comuns, dos parlamentos, dos programas radiofónicos e televisivos, das colunas de jornal, encontrando um espaço próprio num meio que dá voz aos que são, em diversas ocasiões, excluídos da discussão pública. O controlo sobre o conhecimento, que permite afirmar que política e economia são demasiados complexos para o cidadão comum, justificando a autoridade de agentes políticos e económicos, é desfeito e novos intervenientes, menos inclinados a aceitar apenas a perspectiva veiculada nos meios de comunicação tradicionais, surgem no espaço público.

A perda de controlo sobre a informação e os contextos dos debates públicos deveria forçar os agentes políticos a procurar novas soluções de governação. Dado que a informação está, agora, generalizada, já não é possível governar como se existissem dois estratos populacionais separados: os informados e os não-informados. O discurso político propagandístico tem menos poder de persuasão, porque os indivíduos têm acesso aos factos que lhes permitem saber tanto, ou mesmo mais, do que aqueles que os governam. A governação deveria ser adaptada à nova era, o que implicaria mais abertura, mais participação, logo mudanças nas democracias representativas e na forma

como o debate político e o processo decisório se processam. No entanto, a realidade actual demonstra que é exactamente o contrário, em muitos Estados tanto ocidentais como orientais.

Está em causa o futuro de uma organização social baseada numa estrutura hierárquica que beneficia, maioritariamente, um grupo reduzido de indivíduos com grande poder. O que se nota, hoje em dia nos EUA e Europa, é que, ao invés de serem procuradas formas de amenizar as irregularidades sistémicas, muitos lutam arduamente para as aumentar, o que implica a tomada de medidas autoritárias face à atomização das relações de poder. Aos novos meios de comunicação, agentes políticos e económicos respondem com velhos métodos repressivos, usando a força do Estado para manter o *statu quo*.

Controlar a *Internet* é uma tarefa que exigirá tempo e investimento, sem garantias de alguma vez ser possível fazê-lo. A *Internet* é diferente de todas as estruturas de poder, de todo o espaço público até aqui concebido. O ritmo de mudança e adaptabilidade da *Internet* e dos seus utilizadores deixa os Estados numa situação precária porque estão em desvantagem, sempre um passo atrás, dado a sua estrutura rígida e a velocidade aparentemente cada vez menor dos processos decisórios em Democracia. Manter a dissidência e a diferença em xeque, na *Internet*, é completamente diferente do jogo de espionagem da guerra fria ou de épocas anteriores. Tentativas para controlar a *Internet* – o que nelas se diz, se faz e se discute – são, na prática, impossíveis pela dimensão da rede e sua profundidade, ainda que sejam várias as tentativas para o fazer:

“[os] governos tornaram-se tão aptos a usar a *Internet* e a tecnologia de comunicação moderna como os activistas. Governos autocráticos usam-nos para deter protestos e localizar líderes de oposição, como vimos recentemente na Ucrânia. Usam exércitos de pessoas para perturbar conversas *online*. Algumas pessoas argumentam que a *Internet* serve de válvula de escape política que ajuda os ditadores a manter-se no poder” (Barysch; 2014)”

É a complexidade e inorgânica do sistema que complica a tarefa de regular e controlar com sucesso a *Internet*, tanto em termos de criação de normas que garantam os direitos dos utilizadores como de mecanismos que os persigam e ofendam as suas liberdades. No entanto, os Estados, principalmente os mais poderosos como os EUA, não têm motivos para deixar de tentar controlar a *Internet*, porque será aí que se processarão importantes batalhas pelo poder e controlo dos processos decisórios e

fluxos de informação, sendo que hoje em dia já serve de plataforma para acontecimentos importantes, como acções de pressão política através de petições, que são depois transportados para as ruas.

O domínio do futuro está no controlo da tecnologia. Quem fôr capaz de reunir os melhores técnicos e meios, será capaz de definir tendências, códigos culturais e métodos vantajosos para os seus objectivos. Antes do conflito físico existirão confrontos económicos e disputas pelo controlo da informação. A grande diferença da nossa era para as anteriores está na quantidade de informação processada por dia, da mesma forma que actualmente se move muito mais dinheiro diariamente do que alguma vez foi possível. Os meios tecnológicos abrem portas para novas formas de obter supremacia mas também exigem mais cuidado porque a sua mutabilidade permite deixar a descoberto falhas importantes na segurança e nas estruturas dos Estados, principalmente aqueles nos quais os meios de comunicação, especificamente, se encontram mais desenvolvidos e têm mais abrangência. Se as fronteiras físicas são passíveis de alterações e quebras, mais ainda o são as fronteiras virtuais, se as há, pois a cada falha na rede solucionada uma nova aparece ou é exposta. Não acompanhar as alterações provocadas pela *Internet* significa, mais do que não ter controlo sobre o fluxo de informação, ser incapaz de responder aos novos desafios que são colocados perante os Estados.

Ameaças externas e ameaças internas são empoladas pelas novas tecnologias. O impacto da ameaça aumenta consoante a dependência na tecnologia, pelo que é necessário ter meios de defesa eficazes e “vivos”, ou seja, com a mesma capacidade mutante da *Internet*. Com algumas linhas de código e planeamento é possível perturbar a economia nacional de um determinado Estado ou até mesmo destruir, ou incapacitar temporariamente, as suas infra-estruturas, sem que uma única bala seja disparada. Foi o caso do Irão e do seu projecto nuclear, que sofreu um atraso de anos devido ao vírus *stuxnet* concebido a mando do governo americano, cujo propósito era o de atacar as centrais nucleares iranianas. No entanto, além do Irão, computadores pessoais e públicos em todo o globo acabaram por ser afectados, o que demonstra bem o quão incompreensíveis ainda permanecem muitas das acções tomadas com respeito à *Internet* e suas consequências. A verdade é que a *Internet* é um meio demasiado novo, global e mutável para ser apreendido, pelo que muitas das oportunidades e problemas que surgem no seu seio ainda permanecem por descobrir, sendo, também, por isso que muita

da esperança depositada na *Internet* como meio de libertação política parece agora mal colocada, dado que os movimentos que nascem nesse meio têm falhado em produzir alterações significativas, na Europa e EUA, ao sistema capitalista.

Aos Estados cabe a tarefa de garantir a segurança dos seus cidadãos. Falhar no controlo da *Internet*, na sua monitorização eficaz e na criação de meios de defesa, implica deixar toda uma nação aberta a ataques potencialmente fatais. Em teoria, ainda que na prática seja mais complicado do que o cinema e a TV dão a entender, é possível atacar infra-estruturas físicas e incapacitar um Estado ao nível, por exemplo, dos recursos básicos. É possível influenciar os mercados através da manipulação da informação, provocando verdadeiros colapsos económicos. A actividade, tanto de utilizadores individuais como de grupos organizados, na *Internet* permanece, em grande medida, imprevisível e essa imprevisibilidade pode forçar os Estados a recorrer a meios de cariz autoritário para controlar a oposição e qualquer dissidência.

Da mesma forma que as novas tecnologias podem ser instrumentos de liberdade, também podem ser usadas como instrumentos de repressão. É uma característica inata do desenvolvimento que faz depender da moral e da ética a justiça da aplicação dos meios tecnológicos, em si neutros. Uma camara de filmar colocada na rua pode dissuadir potenciais criminosos mas também pode ser usada como uma forma de repressão, ao colocar sob o indivíduo o estigma da potencialidade do crime, mesmo que nunca o venha a cometer. É na escolha que reside a dificuldade: escolher entre segurança ou liberdade, sendo que a noção moderna prevalente parece ser a de que uma tem de ser, até certo ponto, sacrificada em prol da outra. No entanto, liberdade e segurança não são mutuamente exclusivas, desde que coexistam no ambiente certo. Um meio competitivo não é o correcto para a coexistência de liberdade e segurança, porque a pressão da sobrevivência, da busca da riqueza e do poder, levará sempre alguns indivíduos a comprometer esses direitos. A única forma de garantir que um indivíduo é livre, no ambiente competitivo, é garantido a sua segurança, mesmo que aplicando meios que restringem a liberdade. É um paradoxo da sociedade moderna, criado pela sua estrutura e que só fora dela pode ser resolvido. Videovigilância, prisões, lei, etc. só fazem sentido numa sociedade que se rege pela competição, logo, onde os indivíduos são incentivados a disputar por melhores posições, o que invariavelmente leva a situações que se caracterizam pela falta de ética e valores. É, portanto, necessário escolher entre liberdade e segurança.

O que as décadas recentes provam é que é fácil restringir a liberdade individual recorrendo ao instrumento da lei, bastando para isso um discurso baseado no medo e no terror, ou seja, que coloque o foco na segurança individual ou ausência dela. Situações como os atentados de onze de Setembro são facilmente manipuláveis e utilizados para aprovar leis e regulações que conferem aos Estados poder sobre os indivíduos, restringindo a sua liberdade de acção e conferindo mais margem de manobra às estruturas repressivas do Estado para actuar. Só o medo do terrorismo, e a propaganda ao seu redor, justifica guerras levadas a cabo por motivos obscuros ou actos invasores da liberdade individual como buscas aleatórias na rua ou nos aeroportos, a exemplo do que acontece nos EUA. A partir do momento em que se instala o pânico, todos os indivíduos passam a ser potenciais criminosos, terroristas à espera de uma oportunidade, e são tratados como tal, invertendo um dos princípios mais importantes da lei nos Estados de direito, como os europeus, que afirma claramente que o indivíduo é inocente até prova em contrário. Aquele princípio não está limitado apenas ao contexto da justiça, serve também para as relações sociais ao garantir que um indivíduo é livre de actuar na sua comunidade sem a pressão de ser, para a maioria dos casos, erradamente acusado e perseguido.

O discurso do medo, que tem sido visível na última década na Europa e EUA (medo de terroristas, medo da crise, medo de epidemias, etc.) pode ser usado para justificar medidas extraordinárias que garantem a segurança a curto prazo, mas a longo prazo essas medidas poderão abrir a porta a situações de autoritarismo e abuso de poder por parte da instituição que já domina os meios de violência. Aquele discurso permite quebrar as barreiras que os regimes constitucionais colocam ao poder excessivo de entidades, na sua génese, autoritárias e que são encaradas como necessárias – ou um mal necessário dependendo da perspectiva – para o regular funcionamento da sociedade.

O aumento do poder do Estado sobre os indivíduos torna-se pernicioso quando, a coberto da figura autoritária que essa instituição representa, se tomam medidas que deixam de poder ser debatidas no espaço público e que beneficiam aqueles que já estão no topo da hierarquia – que tem vindo a permitir situações de desigualdade crescente, principalmente em termos de riqueza, entre classes sociais nos EUA e muitos estados europeus. A limitação de poder do Estado destina-se a controlar os abusos que alguém pode fazer ao empregar esse mesmo poder. O princípio da separação de poderes visa evitar situações de oligarquia e plutocracia e algumas constituições, como a americana,

são declarações com o claro objectivo de limitar o poder do Estado ao máximo, sendo por isso que a primeira emenda protege o direito de expressão e a segunda o direito de porte de arma, dois poderes considerados importantes no combate à tirania.

Vários Estados, desde a Turquia à China, usam as novas tecnologias para colocar em prática velhos métodos de repressão. O essencial, na relação entre Estado e restante sociedade, continua a ser o controlo e manipulação de informação, a incrementação da dependência e o bloqueio das forças de acção. As novas tecnologias podem reequilibrar a balança de poder mas também podem ser usadas para reforçar o poder do Estado, quando aplicados como meio de vigília e perseguição, ou através do bloqueio a redes sociais que tendem a acelerar a disseminação de informação que pode ser encarada como perniciososa para os Estados. Tudo depende da celeridade e dos meios disponíveis para fazer face aos desafios que os meios tecnológicos levantam. A opção parece recair, na maioria dos casos, na repressão e autoritarismo.

O objectivo de muitos governos e regimes, acima de tudo aqueles autoritários ou ditatoriais, não é o de promover mais abertura ou escrutínio, antes pretendem limitá-los por forma a regressar à era em que agentes políticos e económicos detinham a vantagem dos conhecimentos técnicos e do discurso com que manipulavam partes maiores ou menores da população. Restrições da liberdade são sempre os primeiros sinais de regimes nos quais a distribuição de poder é desequilibrada, dado que colocar entraves à liberdade individual é a mais importante das formas de controlo sobre o indivíduo. Sendo muitas impossível bloquear o acesso à informação, no contexto dos novos meios de comunicação, é possível controlar que informação é passada ou, pelo menos, quem acede ao quê. Não é diferente do que já era feito até aqui, o que muda é a escala em que tal é feito.

Os grupos – principalmente económicos como os grandes bancos e instituições financeiras - que parecem deter um grande controlo sobre a política e economia têm todo o interesse em manipular e controlar a informação que é transmitida na *Internet*. A tarefa, contudo, é quase impossível, logo o meio mais simples é o da monitorização do indivíduo. A última década, principalmente, fica marcada pelo surgimento de programas e mecanismos de controlo, cuja aplicação só é possível porque o discurso político e económico está repleto de medo, induzindo o pânico. O terror é a forma mais eficaz (e provavelmente a única) de justificar e obter apoio para medidas que atentam contra a liberdade individual.

Os meios tecnológicos são fundamentais na aplicação de medidas autoritárias. O que acontece é que determinadas medidas podem ser aplicadas simplesmente porque existem meios para tal, ou seja, com ou sem justificação ulterior, é a própria existência de determinada tecnologia que impele ao seu uso. A partir do momento em que existe determinada tecnologia, com as suas correspondentes aplicações, é de esperar que ela seja empregada, porque a sua própria existência cria essa necessidade. Tal premissa é problemática, principalmente se os agentes políticos se regerem pelos seus interesses privados, em detrimento da ética necessária à posição que ocupam. Incrementar o poder do grupo é a premissa base de quem está em posição de vantagem e se tal pode ser atingido através da aplicação da tecnologia existente, então é de esperar que tal seja feito e que, na maioria dos casos, isso crie situações de verdadeiro despotismo disfarçadas pelo discurso da liberdade e da segurança.

## Conclusão

A Europa enfrenta, actualmente, o peso da sua própria história. As duas guerras e todo o período entre elas descredibilizaram o continente. O sucesso da democracia foi posto em causa e o poder económico europeu, mesmo que tenha crescido durante parte do séc. XX, nunca mais foi o mesmo pois perdeu-o para os EUA. A crise mais não faz do que relembrar os europeus que a sua era áurea poderá já ter passado. A União Europeia perdeu força, não conseguindo exercer influência nas relações internacionais - as guerras do Afeganistão e do Iraque foram unilateralmente conduzidas pelos EUA e a Europa foi arrastada para esse conflito.

“A Europa, à medida que se alarga, se diversifica e intervém mais na vida dos Estados membros, parece fechar-se de novo sobre si mesma, sobre os seus problemas internos, ao mesmo tempo que nem sempre consegue desempenhar um papel importante nos assuntos do mundo” (Touraine; 2005:50).

A população europeia está envelhecida, um factor importante na explicação da situação actual, na qual o conservadorismo e o nacionalismo trazem para a ordem do dia divisões que se julgavam amenizadas, principalmente entre o Norte e o Sul. Grande parte dos indivíduos ainda se lembra, directamente ou de relatos, dos horrores do séc. XX. Muitos deles viveram o Maio de 68 e lutaram, na altura, como muitos lutam agora, por mudanças drásticas na forma de ver o mundo que já, para a época, consideravam desfasada no tempo. A juventude que protesta nas ruas tem noção de que é, de facto, uma minoria (não em termos numéricos mas sim, e para já, em termos de acesso ao poder) e pretende alterar esse paradigma, ainda que aparentem não saber bem como o fazer.

É a falta de diálogo e abertura no meio político que leva ao fechar do espaço público e que força o aparecimento de movimentos sociais. O descontentamento em relação ao sistema tem criado situações nas quais grupos inorgânicos, formados a partir da única arena que muitos indivíduos encaram como livre – provavelmente pela ausência de regras consagradas -, começam a perceber que a distribuição equitativa do poder garante resultados e, acima de tudo, independência em relação a um sistema que contestam. Dispõem dos meios e do conhecimento necessário para exporem os seus pontos de vista, continuando apenas a faltar a organização necessária para fazer face a um sistema estruturado em torno de um sistema de valores (poder, riqueza, liberdade)



para todos os efeitos mais apelativo do que o aparente carácter desestruturado e incerteza inerente a muitos movimentos sociais. No entanto, é a falta de organização, que nasce do repúdio das estruturas tradicionais partidárias e da emulação do funcionamento da *Internet*, que também impede os movimentos sociais, surgidos na última década nos EUA e Europa, de alcançarem mudanças efectivas de larga escala, dado que não se conseguem inserir, muitas vezes, nos processos formais legítimos da Democracia. A falta de estrutura e organização impede, também, a construção de uma plataforma de luta e defesa de objectivos definidos no tempo e no espaço.

O poder dos Estados foca-se no uso dos meios de violência e força. Os movimentos, para já, cingem-se à reunião dos números e à capacidade individual para fortalecerem o seu poder. O conflito só chegará às ruas em última instância: a nova arena é a *Internet*. O controlo da informação e da actividade individual será necessário para a manutenção do *statu quo*. O problema, para os Estados, é que chegam relativamente tarde a esta disputa, defrontando-se com sujeitos preparados e, acima de tudo, com um sistema que se assemelha a um vírus em constante mutação, capaz de escapar aos anti-corpos. Chegar tarde, contudo, não significa que os Estados estejam em desvantagem. As revelações de Snowden provam que existem Estados com capacidade para efectuar vigilância de massas, utilizando a *Internet* não como um meio de liberdade mas como uma arma autoritária de controlo individual.

O possível recurso a mecanismos de violência física e psicológica, como a transformação de algumas nações em Estados policiais que se baseiam na força para se legitimar, pode resultar na destruição da democracia, confirmando o poder das autocracias e das ditaduras veladas, pois só restringindo a liberdade de expressão e acesso à informação se pode controlar um meio como a *Internet*. Os Estados tendem a imiscuir-se cada vez mais nas liberdades individuais – desde leis que delimitam as escolhas pessoais até às que atentam contra a condições humana como a NDAA<sup>12</sup> - enquanto os agentes do mercado financeiro continuam a exercer as suas actividades sem regulação que impeçam abusos ou o aumento da dimensão das instituições bancárias. Estas discrepâncias podem provocar descontentamento e desconfiança em relação aos actores políticos (e não tanto da Democracia), principalmente numa era na qual o

---

<sup>12</sup>National Defense Authorization Act que prevê, entre outras matérias, a prisão de cidadãos americanos sem um mandato ou acusação prévia, desde que esses sejam considerados suspeitos de terrorismo pelo governo americano.

indivíduo já tem os meios que lhe permitem manter-se tão ou mais informado dos que os líderes eleitos,

“[...] a tarefa da política é lançar luz sobre os preconceitos e dissipá-los, o que não quer dizer que a sua tarefa seja levar as pessoas a não terem preconceitos ou que aqueles que levam a cabo o referido trabalho de esclarecimento sejam eles próprios livres de preconceitos” (Arendt; 2007:88).

A política, como elemento primordial do espaço público, permite que os indivíduos troquem ideias, que exponham as suas perspectivas e que possam, a partir dessa exposição, chegar a um consenso sobre o futuro. O aspecto público da política é o que faz dela, provavelmente, a única fonte de verdadeira igualdade dado que todos os indivíduos têm a capacidade inata para a contemplação e para a participação pública. A tentativa que muitos agentes políticos e económicos têm feitos, nos EUA e Europa na última década, para reduzir a política aos órgãos democráticos tradicionais dos quais o indivíduo é permanentemente excluído – extremamente benéfica para os seus interesses – deixou de fazer sentido. A demanda por mais democracia resume-se a isto: na sociedade da informação só a abertura dos mecanismos de decisão pode satisfazer um público aparentemente mais consciente e informado. Não significa que as estruturas de democracia devam ser destruídas (o que seria um erro porque a democracia não convive com a desestruturação) mas que têm de ser adaptadas à realidade do aparecimento de mudanças que podem ser benéficas, tão inesperadas e voláteis como os próprios movimentos em que se apoiam, e de novas arenas de debate e da atomização das redes de poder

Os Estados-nação continuarão a lutar pela sua preponderância num mundo que os está a ultrapassar rapidamente. Não é tanto o efeito da globalização do sistema capitalista mas sim dos mecanismos que, impulsionando-a, também continham em si a força necessária para combater um sistema imóvel e, de vários pontos de vista, injusto. Se as mudanças que muitos movimentos sociais, como o *Occupy*, têm defendido implicarem, de facto, uma alteração da forma como se faz política e como se encara a liberdade, então a perda de antigos valores e formas de organizar a sociedade não constituirá um aspecto negativo, desde que as mesmas passem pela redistribuição do poder e capacitação individual.

“A perda de critérios, que efectivamente define o mundo moderno na sua facticidade e não pode ser contrariada por qualquer espécie de regresso aos bons velhos tempos ou por qualquer promulgação arbitrária de novos critérios e valores, só é portanto uma catástrofe no mundo moral se supusermos que as

“pessoas são efectivamente incapazes de julgar as coisas por si próprias, que a sua faculdade de julgar é inadequada à formação de juízos originais e que o máximo que podemos pedir a essa faculdade é a aplicação correcta de regras habituais derivadas de padrões já estabelecidos” (Arendt; 2007:92).

Os movimentos sociais nos EUA e Europa têm defendido a ideia de que o indivíduo não só é capaz de operar a mudança como deve contribuir efectivamente para ela, logo, consciencializando-se do seu papel como actor social. É um contraste importante com um sistema organizacional como aquele que subsiste a muitos dos Estados de organização capitalista, radicado na ideia de que o indivíduo é um agente passivo e inerte, cuja existência se resume à conclusão de tarefas rotineiras e metódicas, cujo sentido se resume, muitas vezes, à obtenção do lucro para terceiros. É possível que venham vários sistemas mais ou menos informais, umas vezes paralelos, outras vezes que se cruzam e que exercem influência entre si, caracterizados pela liberdade em relação a fronteiras físicas e pela aceitação da capacidade individual de lidar e fazer algo construtivo com o poder que nem sempre corrompe.

O sistema capitalista actual está longe do seu ocaso mas pode ser ameaçado pelas alternativas que vão surgindo, que colocam dificuldades aos Estados e às democracias, que encaram com dificuldade a realidade da atomização e redução do poder. Os EUA, por seu lado, sendo uma nação muito mais recente, não se confronta com a perda de influência no mesmo sentido que a Europa, mas sim com o reforço da supremacia que já detêm, apesar do crescimento de outras nações, como a China, no cenário internacional. O eurocentrismo e o ocidentalismo permaneceram imóveis durante séculos e agora as ameaças acabam por aparecer no seu próprio seio.

Os movimentos sociais que têm surgido na última década podem ser encarados como uma forma de resistência que confere ao indivíduo um lugar no espaço público, que já não pode ser definido por uma constelação de bens de consumo, por muito que o capitalismo se interponha entre o indivíduo e a realidade, mas pelo exercício político. A política transformou-se, em grande medida e principalmente na Europa e EUA, na governação, na regulação do mercado de trabalho e das relações que daí advém, pois a arquitectura da sociedade moderna baseia-se nessas relações. Política, contudo, é o acto do discurso e da acção, da partilha de opiniões e perspectivas e através dessa partilha chegar a uma "verdade" circunstancial que permita a configuração do Futuro. Tal acto só é possível quando se reconhece o individualismo e da liberdade como características intrínsecas ao ser humano, que legitimam a sua existência no espaço público.

O indivíduo não está desconectado da sociedade, apesar de ver reconhecida a sua singularidade. Ainda que a noção de individualismo só faça sentido quando se trabalha em conjunto pois um sujeito só existe quando existe também o Outro para o reconhecer como tal. O individualismo só faz sentido se o reconhecermos nos outros, pois esse reconhecimento significa que aceitamos a sua liberdade e a respeitamos e que actuamos de acordo com esse respeito. A liberdade não nos é dada por lei alguma (apenas consagrada por sofrer ameaças constantes), por nenhum governo, por nenhum movimento ou mitologia, é natural pois nasce connosco e só pode ser exercida no âmbito do espaço público. Cada indivíduo nasce com o potencial de ser livre e ser livre significa a capacidade de formular opiniões e de ser ouvido por elas no espaço público. “Só na liberdade do nosso falarmos uns com os outros o mundo, enquanto aquilo sobre que falamos, emerge em todos os lados na sua objectividade e visibilidade” (Arendt; 2007:111).

O indivíduo pode, e deve, definir-se pela sua capacidade de pensar e exprimir as nossas opiniões e perspectivas. Porque é isso que a política significa: a partilha de opiniões e de diferentes perspectivas que permitem chegar a um ponto comum. Porque é esse acto que permite configurar o Futuro. Os movimentos sociais da última década, na Europa e EUA, tentam devolver ao indivíduo um papel activo no espaço público, pelo permitindo-lhe participar no debate político e mostrando que é capaz de pensar, discursar e executar. É um papel que exige perceber o Passado e o Presente para pensar o Futuro e agir conforme esse exercício contemplativo. Contudo, as alterações importantes ao sistema – alterações que visassem promover uma redistribuição do poder e diminuição da desigualdade, por exemplo – são poucas, acima de tudo porque a natureza do protesto *online*, em várias ocasiões disperso e difuso, não tem impacto se não fôr trazido à rua, estruturado para se integrar e, ao mesmo tempo, explorar os processos democráticos a seu favor. A 15 de Setembro de 2012 reuniram-se, Portugal mais de um milhão de protestantes contra as políticas de austeridade aplicadas pelo governo. A pressão mediática e democrática em torno de uma causa específica (as alterações à Taxa Social Única) forçou o governo a recuar nas suas pretensões, no entanto, a força do movimento perdeu-se com o tempo. Não só o esforço da austeridade parece ter exaurido grande parte dos portugueses, mas também a falta de estrutura e organização do movimento criado a partir daquela manifestação acabou por afastar muitos indivíduos, tornando o discurso vago e pouco aglutinador. O movimento falhou

na passagem do *Facebook*, cujo modo de funcionamento permite e promove o aparecimento de movimentos inorgânicos e sem lideranças, para a rua, onde se exige um mínimo de organização e definição específica dos pilares de luta e objectivos.

A *Internet* configura-se como um palco para mudanças importantes que poderão reformular a forma como se faz política. Um indivíduo mais informado e sem limitações de tempo e espaço para participar no espaço público, tem, em teoria, mais poder e capacidade decisória. No entanto, a *Internet* também é um espaço que restringe o protesto e a participação e não apenas porque pode ser usada como arma de vigilância e controlo. A *Internet* é um ambiente perfeito para a criação de movimentos que repudiam os processos democráticos e os intervenientes políticos, que se opõem à organização partidária como forma de construir uma plataforma de intervenção. Tais movimentos, no entanto, perdem força quando confrontados com o formalismo democrático, principalmente em democracias organizadas, estabelecidas e legitimadas como o são muitos dos Estados europeus e EUA. Não definir um tema de luta (o combate da desigualdade, alterações climáticas, etc.) mantém a independência dos movimentos mas também afasta apoiantes por falta de um objectivo discernível. É um problema que muitos movimentos sociais, na última década, ainda não conseguiram resolver: ao se estruturarem e organizarem de forma rígida, criando uma plataforma ideológica com um público alvo tornam-se semelhantes aos partidos - que muitas vezes repudiam - mas se não se organizam, se optam por uma estrutura sem liderança aparente e, acima de tudo, sem definição ideológica e discursiva que lhe permita fazer a transposição do ambiente errático da *Internet* para a rua, tendem a tornar-se num aglomerado de slogans e a perder força e impacto.

A falta de ética, a intolerância e o radicalismo são muitas vezes, mais notórias na *Internet* do que noutras arenas do espaço público, principalmente porque o anonimato pode promover um debate sem limites e regras. Se tentássemos emular por completo as características da esfera virtual no mundo físico, tentado replicar um sistema livre mas ainda com limitações acima de tudo éticas, poderíamos, inadvertidamente, criar as fundações para um Estado despótico, principalmente porque na *Internet* tende a prevalecer ainda a lei do mais forte. Actualmente, existem meios tecnológicos que permitem uma maior inclusão do indivíduo, sem restrições de participação no espaço público, ou para produzir bens suficientes às principais necessidades de sobrevivência, ao mesmo tempo que poderíamos pôr fim a tarefas mecânicas que nos limitam. Por

exemplo, a criação de trabalhos rotineiros, principalmente no sector dos serviços, serve apenas para absorver o número crescente de desempregados - que tenderão a ser ainda mais no futuro -, consequência natural de um sistema económico, acima de tudo na UE e EUA, baseado cada vez mais no mundo financeiro e nos rendimentos do capital. Se as condições sistémicas actuais se mantiverem (com o aumento da desigualdade económica e de acesso ao poder), tenderão a surgir movimentos mais radicais e opostos das estruturas democráticas (como por exemplo a Aurora Dourada que tem obtido números relevantes nas sucessivas eleições gregas desde o início da crise). Não serve clamar pelo fim do sistema sem apresentar uma alternativa viável ou pedir mais democracia sem sugerir, em concreto, como o fazer. Na falta de definição, fica um espaço aberto para os agentes políticos e económicos reforçarem o seu poder e aumentarem a vigilância sobre o indivíduo utilizando os meios estatais de forma autoritária, ao mesmo tempo que, com um discurso radical mas com objectivos e, acima de tudo, inimigos definidos, grupos radicais poderão ganhar mais espaço no debate político.

Parece claro que a *Internet* será o palco de lutas importantes pela liberdade e auto - determinação individual. O sucesso dessas lutas, contudo, será determinado na rua, ou seja, no ambiente natural do processo democrático. Enquanto a disputa se mantiver nos canais do mundo virtual da *Internet* a ameaça ao *statu quo* será muito menor. Ainda assim, já temos exemplos importantes da colocação em prática dos métodos autoritários para garantir a perpetuação de actual sistema. A vigilância do indivíduo, desde o controlo do *e-mail* até à vídeo – vigilância, levanta questões éticas importantes que permanecem por debater em profundidade no espaço público, principalmente porque decorrem sem segredo. Sem um debate profundo em torno dos limites éticos da acção dos governos, principalmente em ambientes que têm tanto de libertador como de opressor à semelhança da *Internet*, o caminho poderá ficar aberto para implementação de meios de controlo cada vez maiores, até que o indivíduo se veja impossibilitado de exercer a sua liberdade.

O dilema não é entre segurança nacional e segurança individual, mesmo que os termos do debate sejam esses. O dilema é o da escolha entre segurança obtida por meios desprovidos de ética e autoritários, ou liberdade. É legítimo que os Estados utilizem os seus meios para aterrorizar os cidadãos e os submeter à vontade de um grupo que controla o poder e a riqueza? O futuro poderá trazer uma escolha fulcral e que será a

base de importantes lutas e mudanças: ou preservamos a liberdade, lutando diariamente por um sistema mais ético, ou permitimos o crescimento do autoritarismo, disfarçado de segurança, que apenas beneficiará aqueles que já controlam os processos decisórios e a quem as crises, políticas e económicas, pouco ou nada afectam.

### **Bibliografia**

ARENDT, Hannah (2001) A condição humana, tradução de Roberto Raposo, Lisboa, Relógio D'Água

ARENDT, Hannah (2007) A promessa da política, tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio D'Água

ARENDT, Hannah (1962) The Origins of Totalitarianism, Cleveland, The World Publishing Company,

CASTELLS, Manuel (2009) Communication Power, New York, Oxford University Press Inc.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo (2005) A sociedade em rede – do conhecimento à acção política, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda

GIDDENS, Anthony (2007) A Europa na Era Global, tradução e Alberto Gomes, Lisboa, Editorial Presença

GIDDENS, Anthony (2010) O mundo na era da globalização, tradução de Saul Barata, Lisboa, Editorial Presença

HOBBSBAWM, Eric (1996) A Era dos Extremos, tradução de Manuela Madureira e Catarina Madureira, Lisboa, Editorial Presença

INNERARITY, Daniel (2006) O Novo Espaço Público, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Teorema

INNERARITY, Daniel (2011) O Futuro e os seus Inimigos – uma defesa da esperança política, tradução de Manuel Ruas, Lisboa, Editorial Teorema



JACKSON, Tim (2009) Prosperity without Growth Economics for a Finite Planet, Earthscan Ltd, London

JOHNSON, Steven (2001) Cultura de interface – como o computador transforma a nossa maneira de criar e comunicar, tradução de Maria Luíza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor

JUDT, Tony (2010) Ill fares the land, The Penguin Press, New York

STEINER, George (2007) A Ideia de Europa, tradução de Maria de Fátima st. Aubyn, Lisboa, Gradiva

TOURAINE, Alain (2005) Um Novo Paradigma – para compreender o mundo de hoje, tradução de Armando Pereira da Silva, Lisboa, Instituto Piaget

TOURAINE, Alain (1999) Como Sair do Liberalismo, tradução de Freitas e Silva, Lisboa, Terramar

WEBER, Max (1999) A ética protestante e o espírito do capitalismo, tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi, Editora Guazzelli, São Paulo

### **Referências electrónicas**

ACEMOGLU, Daron & JOHNSON, Simon (2012) Captured Europe in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/captured-europe> acedido a 20 de Março de 2012

AMMOUS, Saifedean e PHELPS, (2012) Edmund S Blaming Capitalism for Corporatism in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/blaming-capitalism-for-corporatism> acedido a 15 de Setembro de 2012

BARYSCH, Katinka (2014) The False Promise of Digital Democracy in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/katinka-barysch-explains-why-the-internet-has-not-led-to-better-politics> acedido a 8 de Maio de 2014

ELLIOT, Larry (2008) Economics: Whatever happened to Keynes' 15-hour working week? in <http://www.guardian.co.uk/business/2008/sep/01/economics> acedido a 14 de Setembro de 2008

FRIEDMAN, Milton (1970) The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits in The New York Times Magazine <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp-business.html> acedido a 14 de Setembro de 2012

JOHNSON, Simon (2011) Austerity and the Modern Banker in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/austerity-and-the-modern-banker> acedido a 20 de Janeiro de 2012

KORTENHORST, Jules (2011) Europe's Missing Green Vision in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/europe-s-missing-green-vision> acedido a 14 de Setembro de 2012

SOLANA, Javier (2012) Austerity vs Europe in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/austerity-vs--europe> acedido a 20 de Janeiro de 2012

SKIDELSKY, Robert (2011) The Keynes Hayek Rematch in Project Syndicate <http://www.project-syndicate.org/commentary/the-keynes-hayek-rematch> acedido a 21 de Agosto de 2011